

65  
SAI

Ext. R-44



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE AGRONOMIA & ENGENHARIA FLORESTAL**

**CURSO DE ENGENHARIA AGRONÓMICA COM ORIENTAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**TESE DE LICENCIATURA**



***Análise das relações socioeconómicas entre o sector familiar e a Madal  
em Bajone***

Com enfoque no acesso à terra, mercado de trabalho e comercialização de copra

**Autor: Eusébio Martins Saíde**

**Supervisor: Prof. Dr. Roland Brouwer**

Maputo, Abril de 2003

65  
SAI

## DEDICATÓRIA

À memória do meu Pai Martins Saíde Mussa e irmão Issa Martins Saíde ambos falecidos;

À minha mãe Saina Morais Sulai, que me fez ver a luz do Mundo;

À minha madrastra Daulisa Língua e aos meus irmãos Eugénio Saíde e Fernando Saíde pelo carinho, afecto e por tudo que fizeram para que eu fosse o que hoje sou.

DEDICO

## AGRADECIMENTOS

### Agradeço

- Ao Núcleo de Estudos de Terra (NET) pelo apoio financeiro prestado para a realização da pesquisa;
- Ao meu supervisor Professor Doutor Roland Brouwer pela paciência e pela maneira incansável como orientou o trabalho;
- Aos meus irmãos Carlos, Hilária, Mauxida, José e à minha namorada Ancha pela força que sempre me deram nos momentos difíceis da minha vida;
- Aos meus amigos e colegas Dalte Soberano, João Duarte, Adelino Amado e os demais aqui não mencionados pelos momentos agradáveis passados na Faculdade;
- Ao Jaime Magumbe e ao meu irmão Fernando Saíde, em particular, pelo apoio prestado durante a redacção da tese e pelas correcções e sugestões realizadas no trabalho;
- Ao Senhor Movene, régulo de Capitão e toda a sua família pela hospedagem carinhosa e todo apoio fornecido durante a recolha de dados no campo.

65  
SAI

## ÍNDICE

<b>CONTEÚDO</b>	<b>PÁGINA</b>
LISTA DE TABELAS E FIGURAS .....	V
LISTA DE ANEXOS.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.....	VII
RESUMO .....	VIII
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 OBJECTIVO GERAL: .....	2
1.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS .....	2
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>3</b>
2.1 ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO .....	3
2.2 RECOLHA DE DADOS NO CAMPO .....	4
2.3 SISTEMATIZAÇÃO, ANÁLISE DE DADOS E REDACÇÃO DA TESE .....	6
<b>3. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>7</b>
3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA .....	7
3.2 CLIMA .....	7
3.3 SOLO .....	8
3.4 POPULAÇÃO .....	8
3.5 ACTIVIDADES SÓCIO-ECONÓMICAS .....	9
3.5.1 Agricultura .....	9
3.5.2 Pesca .....	10
3.5.3 Pecuária .....	10
3.5.4 Comércio .....	10
<b>4. QUADRO TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
4.1 CONCEITUALIZAÇÃO .....	12
4.2 POSSE DA TERRA .....	16
4.2.1 Posse Local .....	16
4.2.2 Posse ao abrigo da Lei do Estado.....	18
4.3 FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS SECTORES FAMILIAR E PRIVADO .....	20
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>24</b>
5.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	24
5.2 ACESSO E TIPO DE USO DA TERRA.....	26
5.3 CONFLITOS SOBRE A TERRA EM BAJONE.....	31
5.4 SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	34
5.5 SELECÇÃO, ALOCAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE COPRA .....	39
5.6 IMPACTO DA PARCERIA ENTRE SECTOR EMPRESARIAL (MADAL) E FAMILIAR EM BAJONE .....	42
<b>6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>46</b>
6.1 CONCLUSÕES .....	46
6.2 RECOMENDAÇÕES .....	48
<b>7. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>49</b>

ANEXOS.....	52
ANEXO1: GUIÃO DO ESTUDO USADO PARA INFORMADORES CHAVES E CAMPONESES.....	53
ANEXO2: ACTA DA REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA COMUNIDADE DE CAPITÃO.....	56
ANEXO3: LISTA DE INFORMADORES CHAVES CONTACTADOS.....	58
ANEXO4: MAPAS DA ÁREA DE ESTUDO.....	58

## Lista de Tabelas e figuras

Tabela1:	Estimativa da evolução da população de Bajone entre 1980 até 2000.....	17
Tabela2:	Distribuição dos entrevistados segundo a zona de origem.....	28
Tabela3:	Nomenclatura e distribuição dos solos segundo o tipo de uso .....	30
Tabela4:	Principais formas de acesso à terra em Bajone.....	31
Tabela5:	Pessoa contactada em primeira mão quando alguém necessita terreno....	32
Tabela6:	Número médio de Machambas por agregado familiar.....	32
Tabela7:	Preferência da comunidade na venda de coco/copra.....	38
Tabela8:	Principais fontes de rendimento e sobrevivência por AF.....	39
Tabela9:	Critérios de selecção de mão-de-obra usados pela Madal em Bajone.....	41
Tabela10:	Opinião dos camponeses sobre a presença da Madal na comunidade.....	44
Tabela11:	Motivos da fraca relação entre comunidade e Madal.....	45
Figura 1:	Proporção de camponeses por tipo de solo que usam.....	0

## **Lista de Anexos**

**Anexo 1:** Guião de entrevistas semi-estruturadas aos camponeses e informadores chave

**Anexo 2:** Acta da reunião com a comunidade

**Anexo 3:** Lista dos informadores chave contactados

**Anexo 4:** Mapa da localização geográfica de Bajone

**Anexo 5:** Mapa de distribuição da população em Bajone

**Anexo 6:** Mapa dos principais sectores económicos em Bajone

**Anexo 7:** Mapa de solos segundo FAO/UNESCO

## Lista de Abreviaturas e Símbolos

<b>ACNUR:</b>	Agência das Nações Unidas para os Refugiados
<b>ADRA:</b>	Agência de Desenvolvimento de Recursos Adventistas
<b>CEA:</b>	Centro de Estudos Africanos
<b>DPADRZ:</b>	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Zambézia
<b>DPICZ:</b>	Direcção Provincial da Indústria e Comércio da Zambézia
<b>DDADR:</b>	Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural
<b>DDIC:</b>	Direcção Distrital da Indústria e Comércio
<b>EP1:</b>	Escola Primária do Primeiro Grau
<b>EP2:</b>	Escola Primária do Segundo Grau
<b>FAEF:</b>	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
<b>INE:</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>Km<sup>2</sup>:</b>	Quilómetro Quadrado
<b>Kg:</b>	Quilograma
<b>MADER</b>	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<b>MAP:</b>	Ministério da Agricultura e Pescas
<b>MCRN:</b>	Manejo Comunitário dos Recursos Naturais
<b>MIC:</b>	Ministério da Indústria e Comércio
<b>MPF:</b>	Ministério do Plano e Finanças
<b>MSU:</b>	Ministério da Saúde
<b>Mt:</b>	Meticais
<b>ONGs:</b>	Organizações não Governamentais
<b>ORAM:</b>	Organização Rural de Ajuda Mútua
<b>PNUD:</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>RDH:</b>	Relatório do Desenvolvimento Humano

## RESUMO

Este trabalho tem como objectivo principal analisar o impacto socioeconómico da relação entre o sector familiar e a companhia Madal em Bajone; ou seja, entender até que ponto as necessidades dos agregados familiares em relação ao acesso à terra, ao mercado de emprego e de produtos agrícolas são satisfeitas com a presença da Madal. Para tal, foi necessário analisar os sistemas de acesso e uso da terra; formas de selecção da mão-de-obra e comercialização de copra, composição, tamanho e fontes de rendimento; analisar sistemas de produção e sobrevivência dos agregados familiares; tipos de conflitos existentes e suas motivações; e identificar os bens e serviços fornecidos pelas partes.

O levantamento da informação necessária baseou-se na revisão de literatura, numa primeira fase do trabalho. A segunda fase, consistiu na recolha de informação no campo através de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas submetidas a 70 agregados familiares estratificados em dois grupos iguais (trabalhadores da Madal e não trabalhadores) e 14 informadores chave.

Os resultados da pesquisa mostram que o acesso à terra na comunidade é por laços familiares (herança) e não há conflito de terra entre membros da comunidade, só entre a comunidade e a Madal. As empresas detêm as terras férteis da região enquanto que os camponeses usam as terras marginais. Os camponeses recorrem a fontes de rendimento provenientes de fora da machamba para sobreviverem, dada a redução da produtividade agrícola e das oportunidades de emprego. Devido a falta de terra as culturas alimentares actualmente são mais produzidas nas plantações de coqueiro que no passado. O coco constitui a principal cultura de rendimento. Os métodos de selecção da mão-de-obra (por afinidades) e comercialização de copra (por intermediários) usados pela Madal são duvidosos, por isso, os camponeses preferem vender seus cocos a compradores de fora. Os resultados mostram também que a relação é conflituosa, devido a problemas de acesso à terra, mão-de-obra e comercialização de copra.

Dos resultados chegou-se à conclusão de que o impacto socioeconómico da relação é negativo dado os serviços limitados prestados pela Madal. Motivados pelo colapso económico desta e principalmente pelos problemas de acesso à terra. O facto da Madal não fornecer insumos agrícolas, bens e serviços aumenta a dependência dos camponeses à terra, reduz a produtividade da terra, os rendimentos e afecta negativamente a sobrevivência dos agregados familiares, o que conduz a um declínio no nível de vida dos camponeses e consequentemente agudização do conflito de interesses entre as partes.

Em termos teóricos a articulação entre a Madal e os camponeses no passado pode ser entendida como um exemplo de dualismo: Os dois sectores eram independentes, mas mantinham relações comerciais e laborais fortes com benefícios mútuos. Actualmente essa articulação já não existe: Os dois sectores coexistem quase independentes, mas ambos sofrem do efeito desta desarticulação. Quanto ao futuro dos dois sectores pode ser hipotizado como um exemplo de Neo-populistas: Os camponeses, ficando desvinculados do seu "patrão" provavelmente poderão sobreviver.

## 1. Introdução

O sector familiar, integrado na orgânica global da economia rural, é objecto de múltiplas relações socioeconómicas. A sua integração no mercado processou-se desde os primeiros momentos da penetração do capital mercantil no meio rural e evoluiu conforme as diferentes formas de exploração introduzidas (Santos, 1996). No sistema capitalista os camponeses foram quase sempre remetidos à função de força de trabalho barata e de produtor de mercadorias, num mercado em que os termos de troca são para eles progressivamente desfavoráveis (Castel-Branco, 1994).

Segundo informações estatísticas, Moçambique foi um dos maiores produtores de copra em África até aos finais da década 70. A copra é produzida pelo sector familiar e empresarial. O peso do sector familiar é bastante grande (RDH, 2001). Antes da independência contribuía com cerca de 63% da produção total da Província da Zambézia, a maior produtora do país (70%). Actualmente a contribuição deste sector baixou para cerca de 30% porque metade dela destina-se ao autoconsumo (MADER, 1999).

As famílias de camponeses serviam e servem de fornecedores da mão-de-obra que as empresas necessitam para a realização da sua produção. No entanto, as relações de produção são mais complexas e às vezes menos pacíficas. Antes da Independência, as empresas locais, incluindo a Madal, forneciam ao sector familiar alguns incentivos na forma de insumos agrícolas e outros bens e serviços. Hoje isto já não acontece (Madal, 1997). É possível que o decréscimo da produção verificada actualmente possa estar ligado a esta mudança na relação.

Com a introdução do sistema de economia do mercado, viu-se a necessidade de proteger e reforçar a posição do sector familiar para facilitar a sua participação activa no processo de desenvolvimento do país. Todavia, a actual política de incentivos económicos cria entraves, porque favorece na essência as empresas privadas e os investidores estrangeiros em detrimento do sector familiar. Contudo, parece que a coexistência de dois sectores trouxe alguns benefícios para ambas as partes, nomeadamente, troca de produtos, acesso a insumos agrícolas, acesso a mão-de-obra, aumento do tamanho e composição do rendimento do sector familiar e empresarial, e etc. (Negrão, 1996).

O presente trabalho é produto do estudo de caso realizado em Bajone e visa clarificar o real conteúdo da relação entre os pequenos produtores e as companhias locais envolvidas na produção de copra (Madal). Particularmente, quer entender até que ponto a presença da Madal influencia nos sistemas de produção e sobrevivência dos agregados familiares.

### 1.1 Objectivo Geral:

O objectivo deste trabalho é analisar o impacto socioeconómico da relação entre sector familiar e a Madal. Ou seja, o trabalho pretende entender as vantagens e desvantagens que cada parte tira da relação e mais em particular, até que ponto as necessidades dos agregados familiares em relação ao acesso à terra, mercado de emprego e de produtos agrícolas, são satisfeitas na presença da Madal.

### 1.2 Objectivos específicos

O objectivo geral desdobra-se nos objectivos específicos seguintes:

- Identificar as formas de acesso e de uso da terra praticadas pelo sector familiar;
- Descrever e comparar o actual e anterior sistema de produção agrícola e de comercialização de copra usado pelo sector familiar em Bajone;
- Caracterizar o processo de recrutamento, alocação da mão-de-obra, produção e comercialização de copra usado actualmente pela Madal em Bajone;
- Avaliar a influência dos aspectos analisados nos objectivos anteriores no sistema de produção agrícola e de sobrevivência dos agregados familiares;

## 2. Metodologia

Distinguem-se três momentos no processo de investigação

- Elaboração do protocolo;
- Recolha de dados no campo;
- Sistematização, análise dos dados e redacção da tese.

### 2.1 Elaboração do protocolo

A elaboração da proposta de pesquisa foi iniciada em Agosto de 1999. Parte de uma motivação pessoal por ser área de origem do autor. Para além disso, o tema surgiu duma necessidade de investigação mais exaustiva para clarificar o real conteúdo da relação entre o sector familiar e a Madal em Bajone. O autor queria explicar a génese dos conflitos reportados em 1997-99 entre o sector familiar e a Madal, sobretudo no acesso à terra, mão-de-obra para as plantações de coqueiro e na comercialização de copra, aspectos detectados na altura em que o autor esteve de visita aos seus familiares na região em 1998, e confirmados durante a recolha de dados no campo, em Janeiro de 2000.

Em ambos momentos notou-se igualmente que a relação entre o sector familiar e a Madal nem sempre era pacífica e pensou-se que isto talvez tivesse uma certa influência, sobre os fracos rendimentos agrícolas, em particular na produção de copra, e, consequentemente, no fraco desempenho da economia local nos últimos anos.

A argumentação teórica foi feita através de uma revisão bibliográfica, o que implicou o desenvolvimento de contactos com instituições portadoras de informações pertinentes sobre teorias de transição agrária, sistemas de produção e sobrevivência dos agregados familiares rurais, a produção e comercialização de copra, acesso e a posse da terra e mão-de-obra, nomeadamente, a Madal, MAP, MIC, DPAP, DPIC, NET, FAEF, CEA, Arquivo Histórico de Moçambique, ORAM, e algumas bibliotecas da cidade de Maputo. Durante esta fase formulou-se também hipóteses que possam explicar a génese dos conflitos e seu impacto socio-económico nos agregados familiares incluindo na Madal, nomeadamente:

- a) O problema de acesso à terra constitui a causa principal da relação menos pacífica entre a Madal e o sector familiar.
- b) O não fornecimento de insumos e serviços aos camponeses pela Madal influencia negativamente nos sistemas de produção agrícola e de sobrevivência dos agregados familiares.

## 2.2 Recolha de dados no campo

O estudo de caso foi feito no regulado de Capitão, Localidade de Nacuda, Posto Administrativo de Bajone, Distrito da Maganja da Costa; onde o sector familiar encontra-se rodeado por plantações de palmares das companhias Madal, Zambézia e Murrôa.

Segundo Mosca (1989), para se alcançar um desenvolvimento sustentável e harmonioso nas zonas rurais geralmente deve existir uma articulação adequada e efectiva entre a acção do sector familiar e privado. Porém, esta articulação nos nossos dias é pouco viável, porque a relação não tem sido pacífica. Neste sentido, para entender melhor a situação em função dos objectivos, hipóteses e teorias apresentadas é relevante recolher dados históricos sobre essa relação para ajudar a explicar a influência da mudança na relação e a sua dinâmica.

Com o mesmo propósito recolheu-se igualmente informações pertinentes sobre as condições que determinam o acesso à terra, tipos de solos usados, a fertilidade de solos, conflitos de terra, áreas cultivadas, fontes de rendimento, controle de pragas e doenças, produção e venda de copra, sistemas de produção e sobrevivência das famílias, selecção e alocação da força de trabalho nas empresas, disponibilidade de mão-de-obra nas actividades agrícolas e impacto da presença da Madal na comunidade.

A informação foi recolhida principalmente através de entrevistas semi-estruturadas. A entrevista semi-estruturada é adequada para obtenção de informação socio-económica: acerca do que as pessoas produzem, consomem, vendem, têm, sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito de coisas precedentes como conflitos, etc. A entrevista semi-estruturada permite também obter dados gerais sobre a estrutura social, económica e demográfica (Pijnenburg, 1999). A recolha de informações orientou-se por um guião previamente elaborado para garantir a objectividade da pesquisa (Anexo1).

O trabalho de campo durou cerca de 30 dias, dividido em 3 etapas. A primeira etapa começou na cidade de Quelimane, durou 3 dias e nessa fase fez-se contactos nos escritórios da Madal, especialmente com o director da área agrícola, com a DPADRZ, DPICZ, e ORAM. Com a ORAM pretendia-se informações sobre a situação de acesso e posse da terra, conflitos de terra, no distrito da Maganja da Costa mais concretamente em Bajone. Com as restantes instituições pretendia-se informações estatísticas a cerca da produção de copra, tanto ao nível do sector familiar como privado, processo de recrutamento e quantidade da mão-de-obra assim como sua alocação na Madal.

A segunda etapa durou 4 dias, decorreu na Vila da Maganja da Costa, e consistiu no desenvolvimento de contactos com as instâncias distritais como Administração, DDADR, DDIC, ORAM e ADRA Maganja da Costa. O objectivo destes contactos era complementar as informações recolhidas em Quelimane e ouvir a sensibilidade das entidades distritais acerca da matéria.

A terceira e última etapa durou cerca de 23 dias. Iniciou com uma deslocação a área de estudo, Bajone. Durante a viagem tive a oportunidade de manter contactos com um dos comerciantes do Posto Administrativo de Mocubela que, por sinal, era um dos intervenientes na comercialização de copra em Bajone, o qual me prestou informações importantes a cerca do trabalho.

Na área de estudo, mantive primeiro contactos com informantes chave, nomeadamente, o chefe do Posto, os gerentes das companhias Zambézia, Murrôa, Madal e o régulo da área de estudo. Por último fiz entrevistas aos camponeses.

As entrevistas aos agregados familiares foram realizadas no regulado de Capitão, juntamente com um guia. O principal papel do guia era localizar as famílias e introduzir-me. As pessoas de Bajone mostraram-se no geral abertas mas desconfiadas, sobretudo quando se trata de assuntos políticos e de pessoas estranhas na área. Assim, o guia foi fundamental na tranquilização dos entrevistados, devido à grande tensão política que se vivia na altura, porque acabava de se divulgar os resultados das segundas eleições multipartidárias no País. Nos últimos dias desenvolvi mais as conversas informais sem ou com o guia e foram muitos os casos em que voltei a conversar com pessoas que tinha entrevistado antes. As pessoas já mostravam-se mais abertas e mesmo assim houve sempre a necessidade suplementar de as tranquilizar e garantir o seu anonimato.

Para garantir uma amostra representativa e suficientemente grande que permitisse uma melhor aplicação de testes estatísticos (Brouwer, 1997), foram entrevistados no total 70 agregados familiares (57 homens e 13 mulheres), estratificados em dois grupos iguais (35 trabalhadores da Madal e 35 não trabalhadores). Em cada grupo os entrevistados foram seleccionados aleatoriamente. Das 70 pessoas, 56 foram entrevistadas em suas casas, 3 foram entrevistadas em casa do régulo, 4 na reunião, 2 foram entrevistadas nas suas machambas e 5 foram entrevistadas a trabalhar na companhia. As entrevistas decorreram em língua local (Moniga e sem tradutor) e português, conforme fosse conveniente.

No último dia do trabalho com ajuda do guia e do régulo (local onde estava hospedado), reuni com os líderes locais e a comunidade em geral, para apresentar os resultados preliminares do meu trabalho e apurar as conclusões e recomendações do mesmo. No encontro participaram mais de 50 pessoas, entre homens e mulheres.

Em relação as fontes orais há uma grande lacuna na indicação das datas e quantificação. As pessoas entrevistadas pouco se lembravam do período exacto em que ocorriam os fenómenos relatados e muito menos de valores quantitativos como as dimensões das machambas, quantidades produzidas e comercializadas. Por outro lado, quando as pessoas sentem que alguém se interessa pelas suas vidas mesmo que seja do passado, há tendência de dar informação com uma dose de carga emotiva, havendo por vezes exageros (compare Mosca, 1997). Perante tais casos tentou-se, sempre que possível confirmar as informações orais com os dados escritos e existentes a que se teve acesso.

### 2.3 Sistematização, análise de dados e redacção da tese

Após a recolha dos dados seguiu-se a sua sistematização, integração e confrontação em conceitos identificados durante a elaboração do protocolo de trabalho (teorias de transição agrária, modelos dualistas e outras abordagens usadas). Fez-se também uma análise qualitativa e quantitativa da informação obtida para se apurar ou identificar possíveis lacunas em termos de pertinência do conteúdo (Figueiredo, 1999).

Durante a análise quantitativa, fez-se a correcção das duas amostras (trabalhadores e não trabalhadores) de modo a determinar o peso relativo de cada e assim determinar melhor as percentagens totais. As formulas<sup>1</sup> dos factores de correcção usados são:  $n_1/N * x/N_1$  ( $100/9388 * x/35$ ) e  $n_2/N * x/N_2$  ( $9288/9388 * x/35$ ) para trabalhadores e não trabalhadores respectivamente. Multiplicando o somatório dos dois valores da linha corrigidos por 100%, obtemos a percentagem total corrigida. Para o cálculo de qui-quadrado as tabelas foram ajustadas de modo a permitir que o valor de cada célula seja igual ou superior a 5.

---

<sup>1</sup> Onde:  $n_1$  e  $n_2$  são números totais de agregados familiares trabalhadores da Madal e não trabalhadores;  $N_1$  e  $N_2$  são números de agregados familiares trabalhadores e não trabalhadores entrevistados;  $N$ - número total de agregados familiares na região e  $x$ - tamanho da amostra por célula.

### 3. Descrição da Área de Estudo

#### 3.1 Localização Geográfica

O Posto Administrativo de Bajone possui uma superfície de 1836 km<sup>2</sup> e localiza-se junto à costa Moçambicana, na Província da Zambézia, no Distrito de Maganja da Costa, na margem direita do rio Moniga. Faz limites a norte com o Posto Administrativo de Mocubela e a Sul com Oceano Índico. O Distrito de Pebane e o Posto Sede da Manganja (Bala) constituem os seus limites a este e oeste, respectivamente. Em termos geográficos, em latitude o Posto fica compreendido entre os paralelos 17° 04' e 17° 28' Sul e em longitude, estende-se desde o Meridiano 37° 44' e 38° 06' Este (Bene, 1991; vide Mapa 1).

Bajone foi elevado ao nível de Posto Administrativo em 1945. Segundo Capela (1988), isto foi devido ao reconhecimento do seu valor estratégico e importância económica resultante do estabelecimento de muitas companhias agro-pecuárias, nomeadamente Madal, Morrôa, Zambézia e Boror.

#### 3.2 Clima

O conhecimento das condições climáticas numa região é de grande interesse e é, ao mesmo tempo, factor crítico limitativo do bem estar e de todo o processo de desenvolvimento, pelo que se impõe a necessidade de se possuírem informações climatológicas fidedignas e em número satisfatório (Gonçalves, 1997:3).

Falar de clima também é importante porque faz parte das condições agro-ecológicas as quais determinam a capacidade produtiva e de exploração dos recursos. Porém, o acesso limitado a estas condições na região tem originado vários conflitos entre os seus utentes. Dai que é importante incluir neste trabalho. Para a região em estudo estas informações são escassas devido a falta quase total de bibliografia. Pelo que para se entender o clima da região é feita uma caracterização do comportamento dos principais elementos climáticos que ocorrem na região, dentre eles, a temperatura e precipitação.

##### i. Temperatura

As temperaturas médias, máximas e mínimas na região aumenta gradualmente do interior para a costa. A temperatura média anual é de 25,4° C. Os valores médios máximos extremos são de 33,6° C (Novembro) e 26,2° C (Julho), com média anual de 30,5° C. A média anual dos valores mínimos é de 20,3° C. Todos meses as temperaturas máximas diárias estão acima de 26° C, e são superiores a 30° C durante o Verão, e as mínimas médias descem até 16° C no Inverno (Bene, 1991).

##### ii. Precipitação

Na maior parte da região a precipitação média anual oscila entre 1300 a 1500 mm chegando mesmo a ultrapassar 1500 mm. O mês mais chuvoso é o de Janeiro (240 mm) e o menos chuvoso é o de Setembro (17 mm) (Ibid.).

Com base na temperatura e na precipitação pode-se destacar duas estações climáticas distintas: chuvosa e seca. A estação chuvosa na região, em geral começa nos meados de Novembro e termina no mês de Maio. Por seu turno a estação seca compreende os meses de Junho a Outubro. Os meses de Agosto, Setembro e Outubro são caracterizados por uma seca absoluta (Bene, 1991; Gonçalves, 1997).

### 3.3 Solo

O solo é o suporte da vegetação, mantém a vida animal e vegetal na terra de diferentes maneiras e graus, de acordo com as suas características e estas por sua vez dependem do clima e da actividade biológica. Segundo Gouveia e Marques (1973), em Bajone existe vários tipos de solos, com características agronómicas bem distintas. Alguns são pouco férteis ou pouco apropriados para produção agrícola, enquanto que outros são mais aptos, e esses na sua maioria são controlados pelas empresas agro-pecuárias. Duma forma geral predominam em Bajone quatro tipos principais de solos diferentes, nomeadamente:

i). Solos de dunares costeiros (Regossolos eutrícos) - ocupam quase toda a costa, são solos de cor branca e pouco evoluídos; ii). Solos aluvionares e fluviais marinhos (Fluissolos tónicos) - ocorrem nas zonas baixas e residuais e nos antigos leitos de rios, em toda a região de Bajone, são solos escuros; iii). Solos hidromórficos ou fluviais (Gleissolos e Fluvisolos eutrícos) - ocupam grande parte da planície aluvionar recente, central e costeira, são solos alaranjados e amarelos; e iv). Solos franco-argilosos e arenosos-vermelhos (Luvisolos férricos e Ferralsolos ortícos) - ocorrem principalmente na região norte de Bajone (Bene, 1991; Gouveia e Marques, 1993).

Dos quatro tipos de solo descritos os mais férteis são os aluvionares e hidromórficos, e ocupam cerca de 20% da área total de Bajone. Geralmente encontram-se nas plantações das empresas agro-pecuárias ou em redor delas, o que torna difícil o seu acesso pelas populações locais mesmo que não estejam ocupados (*idem*).

Segundo MADER (1999), exceptuando o coqueiro, cuja a faculdade de adaptação é bem conhecida, nenhuma outra cultura perene de rendimento poderia ser cultivada economicamente nestes solos arenosos da beira mar, situados em condições edafoclimática pouco favoráveis. Por isso, os camponeses residentes nestas zonas, não têm outra alternativa se não a cultura de coqueiro para obterem rendimentos.

### 3.4 População

A população de Bajone faz parte do grupo vulgarmente designado por "Moniga" ou "Amoniga" que habita na região norte do distrito da Maganja da Costa. Constituem a segunda facção étnica no distrito depois dos Aringa. Ocupam a localidade de Bajone, entre os rios Raraga e Moniga, tendo continuidade na margem esquerda deste último rio do Distrito de Pebane (Gouveia e Marques, 1993).

Os Moniga são um povo de hábitos e tradições pouco diferentes dos "Aringa" ou "Nharinga". A religião Islâmica predomina em mais de 90% dos Moniga. Tal como em toda a região costeira norte, esta religião domina os hábitos e costumes, servindo como regulador de muitos aspectos sociais, como por exemplo resolução de conflitos, casamentos, ritos de iniciação, etc. A língua Moniga provém duma mistura entre o Macua e o Lomué, mas com maior predominio de primeira (Bene, 1991).

A mandioca, batata-doce e várias espécies de mariscos constituem a dieta alimentar básica, sendo o arroz consumido em raros e especiais momentos, como por exemplo nas cerimónias e na presença de hospedes importantes. A batata-doce e a mandioca (fresca e cozida) são utilizadas como refeição do meio dia (Capela, 1988).

O Censo de 1980 apurou que a população era estimada em cerca de 54.766 habitantes enquanto que o de 1997 obteve cerca de 54.500 habitantes distribuídos em três círculos: Nacuda, Naico e Missal. Os círculos de Missal e Naico eram mais habitados mas actualmente o Círculo de Nacuda é que é mais habitado. A situação político-militar e emprego nas plantações explicam a variação demográfica (INE, 1980 e INE 1997).

### 3.5 Actividades Sócio-económicas

A produção material constitui a base de sobrevivência das sociedades humanas. A comunidade de Bajone tem como base de sobrevivência o desenvolvimento de actividades económicas relacionadas com o aproveitamento dos seus recursos naturais através da produção agrária, pesca, pecuária, turismo, indústria e comércio (Capela, 1988). Dentre elas importa descrever apenas quatro actividades devido ao seu peso na economia das famílias.

#### 3.5.1 Agricultura

A agricultura constitui a actividade mais importante na economia local. Ela absorve cerca de 90% de mão-de-obra e serve como fonte de produtos alimentares, de matéria prima para o sector industrial e de emprego (Capela, 1988).

Devido às suas condições climáticas na área do litoral e até alguns quilómetros para o interior dão-se o coqueiro, a mandioca, o milho (a semear em Abril), a batata doce, o caju e os feijões (Reddy, 1986). Duma forma geral, a parte do interior é apta para culturas de sequeiro enquanto que a região costeira é adequada às culturas dependentes da chuva e as culturas perenes para exportação, como o caju, a copra, e a banana, produzidas em grandes plantações do sector privado e às vezes pelo sector familiar (Capela, 1988).

A época de sementeira das culturas alimentares é de Dezembro a Janeiro. O período das campanhas agrícolas está compreendido entre Janeiro e Maio e estas são condicionadas pela queda das chuvas. É dentro deste período que se regista maior empenho na actividade agrícola (Reddy, 1986).

### 3.5.2 Pesca

Posto Administrativo de Bajone é limitado na parte sul por uma extensa linha costeira, de aproximadamente 40 km, desde a foz do rio Raraga até a foz do rio Moniga. Nela desenvolve-se uma praia baixa e arenosa com uma associação vegetativa de mangais, principalmente nas suas reentrâncias (Bene, 1991). A sua plataforma continental faz parte da grande região pesqueira do Banco de Sofala. Dada as condições proporcionadas pelo desenvolvimento do mangal, esta região possui grande diversidade de peixe e outros recursos marinhos. É uma das regiões mais ricas em crustáceos no país.

O aproveitamento destes recursos pesqueiros é feito através da pesca artesanal. Apesar do seu baixo desenvolvimento a pesca constitui, depois da agricultura, a actividade mais importante da região, absorvendo mais de 10% da mão-de-obra local. Todo o peixe consumido em Bajone é captado localmente através dos moldes tradicionais, chegando a abastecer outras regiões vizinhas do interior. Ainda aliado ao mar, produz-se para a comercialização no mercado local o sal fino, através de mecanismos tradicionais de fervura (Capela, 1988; Bene, 1991).

### 3.5.3 Pecuária

A actividade pecuária tal como a produção de copra também é desenvolvida pelos dois sectores, o familiar e o privado. As espécies mais desenvolvidas, como são os casos de gado bovino, ovino e caprino são dominadas pelas empresas agro-pecuárias, enquanto que a criação de galinhas, patos e às vezes caprinos é reservada ao sector familiar. Esta distribuição é determinada pelos aspectos culturais, sociais e económicos. Não se criam porcos porque a maioria da população é Islâmica (Reddy, 1986).

O sistema de pastoreio predominante é extensivo, ou seja as manadas são libertadas dos estábulos desde as primeiras horas da manhã para as zonas de pastos, geralmente nas plantações, até ao fim da tarde. Este sistema é praticado por ambos os sectores. A criação ou venda de gado constitui uma fonte suplementar de rendimento muito importante para as famílias desta região uma vez que este é utilizado nas grandes cerimónias ou nos locais de culto (idem).

### 3.5.4 Comércio

A rede comercial não é muito extensa e encontra-se em grande parte paralizada devido à ausência quase total dos principais intervenientes, as empresas agro-pecuárias. No tempo colonial as companhias agro-pecuárias desempenhavam um grande papel na expansão da rede comercial, na medida em que elas eram proprietárias da maioria dos estabelecimentos comerciais em Bajone. Estes estabelecimentos serviam tanto os trabalhadores e não trabalhadores das companhias (Capela, 1988).

Com fraca intervenção das empresas agro-pecuárias, a rede comercial hoje é mantida principalmente por comerciantes ambulantes, pescadores, produtores de sal e artesãos. Os

principais produtos comercializados são a copra, castanha de caju, produtos piscatórios, caprinos, galinhas, patos e mandioca (mais para o interior); em troca destes, são vendidos o sabão, capulanas, açúcar, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho (enxadas, catanas, facas, etc.) (Bene, 1991).

## 4. Quadro teórico

### 4.1 Conceitualização

A grande variabilidade conceptual ou percepção de conceitos torna necessário que se proceda de forma a harmonizá-los para manter consistência nas definições dos conceitos chaves do presente trabalho.

Os conceitos fundamentais do presente estudo são sector familiar e sector empresarial. Outro conceito importante usado diz respeito à parceria ou relação. Sob este título agremiam-se outras categorias de conceitos chaves que podem ajudar a entender a situação, nomeadamente, sistema de produção e de sobrevivência. As teorias sobre a transição agrária e entre elas a visão neo-populista e o modelo dualista são relevantes neste estudo porque permitem a interpretação do tipo de sistema de produção e de sobrevivência prevalecente nos camponeses e sua dinâmica em resposta aos diferentes ambientes sócio-económicos.

No estudo entende-se por sector familiar o conjunto de produtores agrícolas em que a força de trabalho é basicamente constituída pelos elementos de um agregado familiar. Para referir a esta unidade de produção são empregues conceitos como camponês, agricultor, "smallholder", etc. O sector familiar consiste em pequenas unidades de produção agrícola, nas quais se produz principalmente com a ajuda de simples instrumentos de trabalho e, com o uso da mão-de-obra familiar, para o seu próprio consumo e para o cumprimento das obrigações dos detentores do poder político e socio-económico (Negrão, 1996).

Esta abordagem pressupõe que a família seja uma unidade de produção agrária, uma espécie de mini-empresa, equipada com simples instrumentos de produção. É preciso fazer duas observações em relação a essa abordagem. A primeira é, que a empresa familiar não é apenas uma unidade de produção, é também uma unidade de consumo e de lazer. A segunda observação é que para além da dimensão económica existe outra dimensão, que é mais do âmbito cultural. Subentende-se que o camponês é uma entidade pré-industrial, a qual é responsável pela produção e manutenção de valores básicos e identidades culturais específicos de uma sociedade (Negrão, 1996; Shanin, 1990).

Dentro do sector familiar nota-se uma grande variabilidade em relação ao tamanho da exploração, riqueza e diferença em termos estruturais. A agricultura é a actividade constante e representa uma fonte de rendimento indispensável. Para além dela, o camponês desenvolve outras actividades produtivas ou geradoras de rendimento que há muito fazem parte do seu quotidiano, como sejam a participação activa no mercado de trabalho, a sua actividade no sector informal, a participação de pequenos serviços entre outros. Porém, o comportamento de cada unidade singular de produção é parte integrante de um todo sistema de produção (Negrão, 1996).

65  
SAI

O sector empresarial agrário em Moçambique tem a sua origem na época colonial, com duas raízes: nas herdades de colonos portugueses e outros, e nas grandes companhias. Depois da Independência, nacionalizaram-se as herdades e companhias abandonadas, criando assim um sector estatal. Actualmente, o Estado está a retirar-se da área de produção, dando lugar ao ressurgimento do sector privado (Abrahamsson e Nilsson, 1992). No caso particular da Madal, deve salientar-se que esta companhia nunca foi nacionalizada e sempre funcionou como entidade empresarial privada (Negrão, 2001).

As principais diferenças com o sector empresarial são que o sector familiar utiliza simples instrumentos de produção e tem acesso limitado à informação, mercado, diferentes objectivos de produção, produz com a família unitária e principalmente para o consumo. Enquanto que o sector empresarial agrário tem uma estrutura bem definida e tem objectivos bem definidos, principalmente económicos (Negrão, 1996).

Quanto ao futuro dos dois sectores agrícolas ou a estratégia de sobrevivência existem duas perspectivas opostas, discutidas na teoria de transição agrária. A primeira perspectiva, a leninista, pressupõe que o sector familiar seja uma unidade pré-industrial, que irá desaparecer pela sua dupla transformação em trabalhadores assalariados (proletariado) ou empresas capitalistas. Assim, segundo esta perspectiva, o sector familiar deverá dissolver-se no sector comercial.

Na perspectiva oposta - pela primeira vez formulada por Chayanov em 1925 - diz-se que as unidades familiares são economicamente viáveis e até superiores às empresas capitalistas, podendo assim os dois sectores coexistir (Chayanov, 1987). Deste modo, uma maneira para as famílias poderem sobreviver à competição com o sector empresarial é pela criação de estruturas associativas ou cooperativas. Esta abordagem proposta entre outros pelo próprio Chayanov (1987) e mais recentemente por White (1997) num estudo sobre o desenvolvimento do sector de lacticínios na Indonésia, chama-se Neo-populista.

Uma outra abordagem "oposta" a esta teoria, mais conhecida por abordagem dualista, diz que dois sectores diferentes (ou modelos de produção) coexistem na economia: Um moderno ou empresarial e outro "tradicional" ou familiar. Ambos têm relações entre si, mas são independentes uns dos outros. Enquanto que a abordagem contrária a esta, não-dualista, diz que um sistema económico em que o mercado capitalista é dominante, integra e subordina todas as formas de produção, formal ou informalmente (Abrahamsson e Nilsson, 1992; Castel-Branco, 1994).

Os dualistas argumentam que a crise verificada no sector em Moçambique durante o período transitório (1974-77) foi principalmente devido a três factores: Integração marginal do campesinato no mercado (o campesinato produzia pouco para o mercado); retirada do campesinato do mercado devido a abolição da obrigatoriedade das culturas de rendimento (a produção camponesa para auto consumo aumentou e a produção comercializada decresceu), e a abolição do trabalho forçado, os camponeses passam para a produção de subsistência em detrimento do mercado (Abrahamsson e Nilsson, 1992).

Neste sentido, os dualistas defendem um fomento independente dos dois sectores de produção com maior investimento no sector empresarial de modo a aumentar a taxa de acumulação de capital em detrimento do sector familiar porque é auto-suficiente. A transformação do sector familiar para formas de produção mais avançadas (nomeadamente associações) é vista como uma condição para melhorar a vida e elevar a eficiência produtiva do camponês (idem).

Os não-dualistas por seu turno, dizem que os factores que originaram a crise no sector agrícola durante o período acima referido são: O rompimento dos circuitos comerciais para os excedentes e o abastecimento do campo; os preços dos produtos agrícolas demasiadamente baixos; a ruptura dos serviços de extensão; a deterioração da base de acumulação de capital fora da agricultura; a crise de recrutamento que originou a instabilidade e incerteza do trabalho e; a competição entre formas alternativas de alocação do trabalho fora e dentro da agricultura familiar (Castel-Branco, 1994).

Neste contexto os não-dualistas defendem uma transformação do sistema de produção agrícola, na qual o sector empresarial deveria modernizar-se, diversificando e intensificando as suas formas de produção, através da monocultura e o uso de alto nível de insumos. Por sua vez, o camponês teria que ser dotado de recursos adequados, investimento, rede comercial, adequada política de preços e serviços de extensão para transformar-se em agricultor comercial (Castel-Branco, 1994; Negrão, 1996).

Destas duas abordagens pode-se tirar duas lições importantes: 1) O sector familiar esteve sempre ligado à produção para auto-suficiência e as relações que manteve com diferentes sectores eram meramente comerciais. 2) O principal factor de diferenciação entre os agricultores é o nível de integração com mercado de capital.

As duas abordagens sofrem duma limitação comum porque restringem-se aos processos de produção e acumulação de capital. As abordagens também não são claras sobre as vias mais adequadas de articulação que se devem estabelecer entre sector familiar e empresarial para tornar o processo de produção e acumulação de capital mais sustentável. (compare: Abrahamsson e Nilson, 1992).

Contudo, a abordagem mais próxima do meu ponto de vista é a dualista, visto que defende a coexistência de dois sectores produtivos diferentes e reconhece que o sector familiar é auto-suficiente, desde que seja dotado de conhecimento, meios e de uma estrutura produtiva bem organizada (criação de formas associativas ou cooperativas), o que a assemelha a abordagem Neo-populista.

Um estudo realizado no Brasil por Collins (1993) faz referência à importância da idade e do género na maneira de recrutamento e organização da força de trabalho familiar pelas empresas. A relevância dessa observação é confirmada pelo estudo de MAP/MSU/MPF realizado em Nampula e Cabo Delgado, citado por Hanlon (1997), o qual constatou que a Lomaco em ambas províncias usa trabalho infantil e feminino. Referiu também dos

benefícios que as empresas podem fornecer ao sector familiar em termos de rendimento, segurança alimentar e bem estar das famílias.

Aparentemente, a idade e o género constituem factores relevantes em relação ao sector empresarial. Porém, existem poucos estudos sobre a matéria, sobretudo o impacto destas relações no acesso à terra, sistema de produção e sobrevivência dos agregados familiares. É possível que diferenças em idade e em género tenham influência na organização da força de trabalho, acesso aos recursos, distribuição de benefícios ao nível familiar e etc.

**Parceria** é uma aliança de benefícios mútuos, entre pessoas, entidades ou instituições, onde as regras e responsabilidades são claramente definidas, baseadas na visão partilhada sobre os objectivos e finalidades das actividades a serem definidas e desenvolvidas em conjunto entre os parceiros. Os resultados da parceria compreendem a junção de recursos dos parceiros, a partilha de acções, riscos e o controle dos programas, das informações de gestão financeira e planificação de actividades (Hoffman, 2001).

Ao contrário do que acontece na vida interna das comunidades em que as parcerias são baseadas na base de parentesco, vizinhança e afinidade e constituem uma estratégia de sobrevivência onde cada membro sente como dever, partilhar acções com os outros membros, a parceria que se estabelece com o sector empresarial é feita por natureza fora dos esquemas sociais fomentados entre os membros das comunidades (idem).

**Sistemas de sobrevivência** são os mecanismos encontrados pelas sociedades camponesas para garantirem condições para a manutenção da família e minimizar o risco. Para o contexto das zonas rurais os sistemas de sobrevivência incluem ainda a maneira de cultivar, armazenar produtos e animais, processar, comercializar, empreendimentos pagos e varias outras actividades fora das machambas (Adaptado de Van Vugt, 1992).

**Sistema de produção** é definido por Norman (1982), citado por Hildebrand, Poats e Walecka (1986), como o possível arranjo que os agricultores fazem desde a sua maneira de cultivar, armazenar e processar os produtos das machambas. Inclui também a maneira como são geridos os produtos em resposta ao seu ambiente físico, biológico, sócio-económico e de acordo com os rendimentos, objectivos, as preferências e os meios dos agregados familiares. Por seu turno Fresco (1988), citado por Hildebrand, Poats e Walecka (1986), diz que o sistema de produção compreende as machambas do sector familiar, sistemas de cultura, os animais domésticos que transformam a terra, o capital e o trabalho em produtos úteis.

A diferença entre as duas abordagens é que a de Norman é flexível por incluir a interacção entre as componentes descritas com o homem e ambiente. Ela não só retrata as actividades de produção, como também apresenta comportamentos humanos de modo a permitir uma compreensão de como os agricultores gerem as suas propriedades. Enquanto que a definição de Fresco é mais simples e retrata somente actividades de produção agrícola (Hildebrand, Poats e Walecka, 1986). Deste modo, a abordagem de Norman é a que está mais perto da visão do autor sobre o que é a agricultura familiar.

As duas abordagens sofrem de uma limitação comum. Restringem-se ao sector familiar e não dizem nada sobre outros possíveis sistemas de produção, como por exemplo as empresas agrícolas que constituem o sector empresarial (Madal). No entanto, é óbvio que a Madal e as suas plantações devem ser entendidas duma maneira semelhante. Tanto o sector familiar como o sector empresarial consiste em unidades de produção agrícola, mas no primeiro os objectivos e as preferências são definidas pela família e no segundo pela empresa. Isto quer dizer que ambos os sectores podem ser entendidos como um sistema de produção onde temos vários subsistemas cuja a dinâmica depende das interfaces entre os diversos factores socioeconómicos e políticos.

#### **4.2 Posse da terra**

Entende-se por posse o direito adquirido ou possuído de transformar, manejar um determinado bem, num determinado espaço de tempo. O detentor deste pode conquistar direitos diferentes sobre recursos diferentes, legitimidade diferente, estatal ou local e através de poder. O acesso à terra é determinado pelo sistema de posse de terra vigente, que é o conjunto de regras que estabelecem este acesso e a utilização da terra assim como determina os direitos que se adquirem sobre a terra e/ou árvores (Bruce, 1992).

Existem dois sistemas de posse da terra: Formal (estatal) e informal (local). A posse formal é aquela regida segundo as leis civis. Geralmente, a terra neste sistema, é atribuída para fins industriais, residenciais, comerciais e também para a agricultura. A posse informal é aquela que é regida maioritariamente por esquemas tradicionais, de acordo com os usos e costumes locais (Mathuba, 1992).

No tempo colonial o acesso à terra era regulado por duas vias como acontece actualmente. O direito consuetudinário "tradicional" ou informal e a legislação do Estado ou formal. Estas duas vias também coexistem actualmente. Em Moçambique onde mais de 80% da população activa dedica-se à agricultura, ter acesso à terra, ao trabalho de terra e ao seu produto determina o poder de continuar a sobreviver (Carrilho, 1990). Por isso, é importante estudar esta questão sobre os pontos de vista do acesso à terra, da disponibilidade de terra e dos conflitos associados à terra.

##### **4.2.1 Posse Local**

A totalidade de regras, normas e práticas de uma determinada população que estabelecem, entre outros, os direitos sobre a terra e os recursos naturais incluindo a sua gestão definem, duma maneira geral, o sistema consuetudinário local de posse de terra (Myers, 1993). Estes sistemas tradicionais são também sistemas políticos e sociais que definem as comunidades e as zonas em que vivem. Dentro de tais unidades existem mecanismos para resolver uma série de questões sociais e económicos, das quais a atribuição e uso de terras é apenas uma (Tanner, 1994).

Na era colonial por exemplo, o território de Moçambique foi dividido em três classes. As primeiras duas classes eram destinadas para a urbanização e o desenvolvimento agrícola por europeus e equiparados, enquanto que a terceira era destinada aos "Indígenas". Deste modo criavam-se dois territórios, um "branco" e um indígena ou negro. Consoante os princípios de governação indirecta, nestes dois territórios estavam em vigor dois sistemas jurídicos diferentes. No território "branco", a terra era atribuída conforme os regulamentos de concessão de terra fixados pela lei estatal enquanto que no território "negro" reinavam os direitos consuetudinários (Negrão, 1996).

O acesso à terra baseado nos direitos consuetudinários varia de localidade para localidade de acordo com os sistemas de parentesco. Na sociedade matrilinear, o acesso à terra realizava-se através de linhagens das mulheres; e nas sociedades patrilineares, segundo as normas costumeiras o acesso à terra era através do chefe das linhagens dos homens. Por outro lado a legislação formal, regulado pelo estado colonial priorizava o sector comercial da agricultura de rendimento, monocultura (Bruce, 1992).

Moçambique é um dos países africanos que possui numerosos regimes consuetudinários de posse da terra. Estes regimes diferem conforme uma variedade de factores, como a densidade populacional, a organização do grau de parentesco, os padrões de herança (matrilinear ou patrilinear), a qualidade da terra, os mercados e a experiência histórica. Os regimes diferem também de um grupo étnico para outro segundo a sua evolução social e as dificuldades político-socioeconómicas encontradas. Apesar desta diversidade, todos regimes de posse consuetudinária no país têm algumas características comuns. Uma delas, talvez a principal, é a salvaguarda contra a alienação da terra à pessoas que não sejam do grupo, embora permitam frequentemente transacções com aprovação do grupo ou da sua liderança (Myers, 1993).

"Para os camponeses, ter terra é uma indicação da sua condição de classe social e base fundamental da sua sobrevivência. Quando eles têm terra que chega, alguns vivem bem; e quando são destituídas desta terra, milhões e milhões de pessoas sofrem de fome e de outras privações mais elementares. O camponês tem o amor próprio em relação à terra que trabalha e vive. Uma frase de um chefe africano relatado por Meek (1990) e citado por Tanner (1994) resume a filosofia da terra e da civilização dos camponeses: Penso que a terra pertence a uma grande família da qual muitos membros já morreram, poucos estão vivos e muitíssimos ainda não nasceram" (idem).

Depois da independência, em algumas zonas as autoridades tradicionais mantiveram um forte controle sobre a terra e os recursos. Em outras zonas a sua autoridade diminuiu em resultado da interferência por parte do governo, da guerra ou de pressões sociais e económicas. Nestas zonas desenvolveram-se novas relações de cooperação entre as autoridades tradicionais, governamentais locais e empresários. Nalguns casos, funcionários consuetudinários infiltraram-se nos níveis mais baixos do governo estatal, influenciando a distribuição de terras. Noutros casos ainda, funcionários do nível de localidade submeteram-se às autoridades consuetudinárias (Myers, 1993).

A terra possuída ao abrigo da posse consuetudinária está frequentemente nas mãos do “grupo comunidade”, linhagem ou clã. Uma vez está nas mãos da família e outras nas mãos do indivíduo. A terra que está nas mãos da comunidade (linhagem, clã ou família) não é necessariamente possuída ao abrigo da posse comunitária, como se tem interpretado frequentemente. Na realidade, embora a terra esteja nas mãos da comunidade, as famílias e os indivíduos têm normalmente um maior controle e são responsáveis pela gestão quotidiana do recurso. A linhagem ou outra hierarquia da comunidade pode ter o direito de aprovar ou desaprovar a alienação da terra, mas a família ou indivíduo tem o direito de negociar muitos tipos de transacções nas suas terras (arrendar, emprestar, etc.) (idem).

Brouwer (1998), no seu artigo “*A invenção da tradição errada ou a tentativa de repetir a história*”, fala sobre este aspecto e cita alguns autores que identificaram a permissão do sistema fundiário “indígena” africano, à existência dum tipo de propriedade privada, já no passado, como o Junod (1996), Vanderlinden (1969) e outros.

“Depois de ter recebido um terreno, o receptor é dono completo e ninguém, nem o chefe, pode dispor dos seus frutos sem reconhecer os seus direitos. Isto não quer dizer que todos os frutos do terreno pertencem exclusivamente ao dono. É prática comum que membros da sua linhagem e outros membros da comunidade recolham lenha, estacas e frutos silvestres dentro de seus campos em pousio e matos. Aparentemente existe um complexo de direitos particulares e comuns a escalas e níveis diferentes em função da natureza do terreno e do recurso” (Brouwer, 1998).

Junod (1996), afirma no seu estudo da região Sul de Moçambique que entre os “Indígenas” existia um forte respeito pela propriedade alheia. Ele ilustra isto com um exemplo do que lhe aconteceu: “Um dia o próprio Régulo, pessoa de quem eu havia recebido o terreno, pediu-me licença para apanhar um fruto que estava a crescer no meu terreno”. Portanto, tudo leva a crer que existe um complexo de direitos comunitários particulares em simultâneos, dentro deste sistema fundiário.

A turbulência que afectou o poder tradicional logo depois da independência, agravada pela guerra civil com a morte e/ou fuga dos régulos e os anciões em algumas zonas do País, criou uma desorganização total e problemas de legitimidade neste sistema de acesso e posse da terra. No entanto, para uma legitimidade reconhecida, os camponeses e os pequenos proprietários usavam geralmente o sistema consuetudinário de posse para adquirir terras, assegurar direitos a terra e resolver conflitos (Myers, 1993). Na minha percepção, para os camponeses reaverem esta legitimidade “perdida” deverão se organizar em associações ou cooperativas de produtores, ou ainda em comunidades para solicitarem a delimitação da sua área, como sugere a Lei de Terras de 1997.

#### **4.2.2 Posse ao abrigo da Lei do Estado**

A Constituição da República de Moçambique de 1990 mantém o direito do Estado à propriedade da terra, estabelecido pelo nº 01 do Artigo 46, cabendo a este determinar as condições de seu uso e aproveitamento. A Lei de Terras de 1997, no seu Artigo 3º, refere

também que a terra é do Estado e, é o meio universal de criação de riquezas e bem estar social, sendo o seu uso e aproveitamento direito de todo povo Moçambicano, não podendo assim, ser vendida ou por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada, sob pena de procedimento legal competente (Lei 19/97).

A Lei de Terras de 1979, embora reconhecesse que os direitos obtidos por ocupação pelo sector familiar poderiam ser convertidos em títulos de uso e aproveitamento da terra, a sua implementação criava uma série de entraves práticos à titulação, já que ela assentava na ideia de que o campesinato era uma classe em extinção, cuja consciência de classe é de cariz pequeno-burguesa, necessitando de se associar em cooperativas e de se aliar ao proletariado na luta contra a propriedade privada. Devido a esta perspectiva, a Lei de 1979 quase quis negar o sistema local de posse da terra (Negrão, 1996).

A concepção do campesinato como uma classe em extinção desapareceu com o reconhecimento da contribuição do sector familiar na produção nacional e a necessidade de integração deste sector na economia nacional numa forma estratégica de modo a obter proveitos das suas potencialidades (Ibid.).

Esta nova visão sobre o campesinato, associado ao facto de Moçambique estar a viver uma nova conjuntura política e económica, uma nova visão sobre o Estado e a Democratização, impôs uma necessidade de revisão da Lei nº6/79 de 3 de Julho, pela Lei 19/97 de 1 de Outubro, por aquela se mostrar descontextualizada face aos objectivos preconizados pelo Estado com a terra, nomeadamente garantir o acesso e segurança de posse da terra, tanto dos camponeses como dos investidores nacionais e estrangeiros, tendo em vista o desenvolvimento do país (Dias, 1999).

O reconhecimento do direito tradicional em matéria de atribuição e posse da terra cria oportunidades de maior controlo local da terra e contribui na redução da probabilidade de ocorrência de conflitos. Mas tem também seus riscos, dos quais o abuso de poder pelas autoridades tradicionais, que não são controladas democraticamente, as divisões étnico-culturais, parâmetros complicados de seguir, e ainda o abuso dos investidores privados, constituem os principais (Brouwer, 1998).

Segundo Dias (1999), a inclusão do direito tradicional no sistema formal da Lei de Terras de 1997 como uma das medidas para legitimar o direito consuetudinário de acesso à terra é apenas um ponto de partida para um processo longo e complexo. Para tornar estas medidas efectivas, segundo o autor é necessário que elas sejam acompanhadas de outras medidas, como por exemplo: Um aperfeiçoamento mais amplo das instituições administrativas locais, sistema de crédito, facilidades de comercialização, melhor e mais ampla assistência técnica, investigação, extensão, e etc.

Na sequência da introdução de uma economia de mercado em Moçambique particular atenção tem sido dada ao chamado "sector familiar" devido à importância económica e social que este sector representa no País. Por outro lado, a política de incentivos ao desenvolvimento do "sector comercial" e a abertura ao investimento estrangeiro, trazem

implicitamente a necessidade de segurança de posse da terra para todos os parceiros, tanto para fins agrários como para outras iniciativas (Negrão, 1996).

Um dos aspectos relacionados com a problemática da terra é o desconhecimento da Lei. O que não permite que as pessoas façam dele recurso regular, de onde pode resultar a necessidade de legislação complementar. O recurso ao apoio do direito costumeiro, como instrumento de gestão comunitária e descentralizada de recursos, tem sido amplamente debatido, tem se por um lado, em conta que os direitos costumeiros não são estáticos nem necessariamente retrogados, ajustando-se aos desenvolvimentos locais, nacionais, regionais e universais. Porém, sabe-se que também não é necessariamente democrático, pelo facto de não ser escrito, dificulta integração social e em alguns casos, perdeu as capacidades por falta de exercício (Carrilho, 1992).

Existe na aplicação da Lei de Terras uma necessidade de equilíbrio entre um sistema que garanta a segurança de terra e o acesso à terra para os pobres e ainda a atracção de investimentos internos e facilitação de crescimento económico nas áreas rurais. A Lei prevê um processo (de concessão de, e pedido para, direitos de uso de terra) que pode ser utilizado para atacar tal equilíbrio e, o quadro lógico que este estabelece pode encorajar o tipo de plano de parceria que os parceiros em posse da terra e outros gostariam de estabelecer mutuamente (Dias, 1999).

Segundo Dias (1999), a implementação da Lei assim como o seu impacto sobre a segurança na posse da terra para os pobres rurais, sem mencionar o aumento do bem estar económico, tem sido mínimo. Os resultados destes sistemas e procedimentos bem como relações entre os titulares a serem estabelecidas irão levar tempo. Mas também o sucesso no estabelecimento de relações dessas parcerias no futuro dependerá, em larga medida, do grau no qual os vários intervenientes serão capazes de concordar e implementar um princípio comum para a aplicação da Lei.

#### **4.3 Formas de articulação entre os sectores familiar e privado**

As relações entre sector familiar e empresarial não são assuntos novos, principalmente no sector agrário. No tempo colonial elas realizavam-se entre outras acções, através do recrutamento da força de trabalho para as plantações de chá, algodão, palmares e cana-de-açúcar. Em compensação os camponeses faziam a troca dos seus excedentes agrícolas por produtos industriais, tais como têxteis, óleos, insumos agrícola, e etc. Para além disso, os camponeses recebiam em troca um subsídio de auto-subsistência. Este propósito visava forçar o ingresso da mão-de-obra através de impostos em dinheiro ou trabalho forçado (Cossa, 1997).

Como parte da estratégia dos concessionários no período colonial, os camponeses nativos eram levados das áreas distantes e aproximados aos centros de trabalho, nas concessões ou em redor das plantações. Os trabalhadores das plantações eram autorizados a fazer a sua própria machamba na terra da empresa como forma de manter a mão-de-obra perto e

sempre dependente. Por vezes, acontecia mesmo que o próprio concessionário desbravava uma certa área (marginal) para os trabalhadores ai fazerem as suas culturas alimentares (Mosca, 1989 e Tanner, 1994).

Esta forma de relacionamento provocava um défice de mão-de-obra no agregado familiar, uma vez que a força preferencial para as plantações era masculina. Na agricultura do sector familiar, a mulher era a principal responsável pela produção alimentar do agregado familiar, devido às relações de género possivelmente e porque os homens trabalhavam nas plantações. Assim, a força de trabalho era maioritariamente feminina e infantil para o sector familiar enquanto que para o empresarial era masculina (Cossa, 1997).

A mecanização das empresas era muitas vezes adiada por ser dispendiosa, preferindo-se o uso de mão-de-obra camponesa e barata. Mesmo hoje esse procedimento ainda ocorre; por exemplo, um agricultor médio em Canacue (Distrito do Monapo) diz “que emprega camponeses para desbravar terras em estado de mata e alega que é mais barato do que alugar um Caterpillar. Ainda considera que a destronca manual é mais cuidadosa com o solo e assim protege melhor o meio ambiente da propriedade dele” (Mosca, 1989).

O processo de recrutamento de trabalhadores para esses trabalhos muitas vezes não era pacífico. Poucos se apresentavam nas empresas como trabalhadores voluntários e, sendo o grosso por coacção, com a colaboração das autoridades administrativas. As medidas de coacção foram traduzidas sob diversas formas como por exemplo, a institucionalização do imposto em dinheiro “*musoco*” e intervenção directa das autoridades administrativas com vista a compelir a mão-de-obra. A explicação para este fenómeno é que os camponeses encontravam na sua produção doméstica fonte de rendimento para as suas necessidades e aliado ao facto de os salários serem baixos (Santos, 1996).

O processo de acumulação de capital pelas concessionárias até ao final de 1974 era feito através da exploração do campesinato. A integração e subordinação do campesinato ao mercado de capital de trabalho e de bens constituía a base principal de acumulação do capital industrial, comercial e financeiro, assim como de atraso da produção camponesa. A manutenção do campesinato ligado à terra foi a característica particular, comum e dominante de integração e subordinação do campesinato ao mercado de capital. Tal ligação à terra foi deliberadamente garantida pelo Estado colonial como forma de reduzir uma força de trabalho imigrante disponível e barato (Castel-Branco, 1994).

A rede comercial era mantida pelas empresas agrícolas que tinham cantinas as quais serviam os trabalhadores e a população vizinha. As cantinas permitiam a circulação monetária à volta da região. Os trabalhadores levantavam os produtos a crédito e eram descontados no final de mês. As lojas constituíam pólos de atracção extremamente importantes para os camponeses. As empresas através da rede comercial estimulavam a produção dos camponeses porque: i) Havia garantia de que os excedentes de produção dos camponeses seriam comprados; ii) As empresas faziam o aprovisionamento em factores de produção e géneros alimentícios; iii) Os produtos comprados eram escoados para o mercado (Mosca, 1989 e Santos, 1996).

Depois da independência a estratégia de manter perto das plantações os trabalhadores continuou por algum tempo nas machambas estatais. Os trabalhadores produziam culturas alimentares na machamba, geralmente nas tardes depois de cumprirem as suas tarefas na plantação e aos fins de semana. Em alguns casos quando os camponeses eram expulsos das suas áreas fixavam-se nas proximidades da propriedade e trabalhavam para a plantação, por exemplo na cultura do coqueiro (Santos, 1996). Neste contexto, existia uma forte articulação entre a acção dos camponeses e as empresas.

A actual articulação dos dois sectores é fraca. Primeiro porque houve abandono das grandes concessões pelos donos e a sua atribuição aos "novos" patrões. Muitos deles sem experiência e capital, deixaram as propriedades em total desaproveitamento. Segundo porque se assiste a uma intervenção fragilizada do governo ao sector agrário familiar, ausência de meios (técnicos e financeiros para o reatamento da agricultura) e de mecanismos de fiscalização, por exemplo de preços de produtos e de salários pagos nas empresas agrícolas rurais, o que tem originado muitas contestações (Ibid.).

Numa imagem simplificada, no contexto actual o sector familiar parece-me como servente do sector empresarial. Devido a sua posição as vezes ainda enfraquecida pela actual política de incentivos económicos que favorece na essência as empresas privadas e os investidores estrangeiros (compare Negrão, 1996). Por isso, a relação entre sector familiar e empresarial nem sempre tem sido pacífica, a confirmar pelos múltiplos conflitos sobre mão-de-obra, acesso à terra e à outros recursos (Quadros, 1998).

Geralmente as empresas rurais mantêm os salários abaixo do mínimo oficialmente estipulado mas conseguem manter os trabalhadores. Segundo Santos (1996), isto prova que há muita oferta de mão-de-obra e pouca procura, daí que apesar dos salários baixos pagos fora da exploração familiar, as populações rurais trabalham para aumentarem os seus rendimentos. Provavelmente porque é a única via para obter um rendimento fora de controle da família. Estas situações ocorrem quando as necessidades em numerário não têm outra forma de serem cobertas. Nestes casos há ausência de poder de negociação das populações em relação às empresas (Mosca, 1989).

Um estudo do MAP/MSU/MPF conduzido em Nampula e Cabo Delgado, citado pelo Hanlon (1997), concluiu que a relação entre o sector privado e familiar na comercialização de algodão, aumenta os rendimentos de outras culturas do sector familiar em 25-36% comparativamente aos não produtores de algodão, porque estes beneficiavam de alguns insumos e serviços fornecidos pelos privados. Para além disso, a relação aumenta a capacidade organizativa do sector familiar através da promoção do associativismo nos camponeses para melhor representar os seus próprios interesses.

Em termos gerais o sector empresarial desempenha um papel importante no desenvolvimento da economia local, concorrendo de um modo significativo para geração de emprego, quer por via de ocupação directa de força de trabalho, quer através de conjunto de actividades subsidiária que proporciona. Porém, o sector empresarial sem o

apoio dos camponeses dificilmente consegue alcançar os seus objectivos, daí que há uma necessidade recíproca (Hoffman, 2001; PNUD, 2001).

A relação entre sector familiar e empresarial traz múltiplas vantagens para ambas as partes quando ela é pacífica e equilibrada. Ela pode contribuir para a elevação da capacidade produtiva, melhoria dos sistemas de produção e de sobrevivência dos agregados familiares e melhoria do bem estar tanto das famílias como das empresas, assim como para o crescimento da economia local e do país em geral (PNUD, 1998).

Segundo o PNUD (1998), para os pequenos produtores estabelecerem parcerias sustentáveis com o sector empresarial seria necessário reforçar-se a capacidade organizativa dos camponeses (através de associações de produtores). Deste modo, iria permitir que os compradores em concorrência oferecessem bons preços e assegurar uma diferenciação dos preços baseada na qualidade dos produtos. Poderia também estar na posição de disseminar informação sobre preços, melhores práticas e ajudar os outros camponeses a assegurarem o acesso aos insumos assim como reduzir os riscos associados às especulações dos empresários desonestos.

## 5. Resultados e Discussão

### 5.1 Aspectos demográficos

A demografia na área de estudo sofreu uma grande influência dos efeitos da guerra. Na região, a guerra civil fez-se sentir a partir de 1985. Durante os anos de guerra a população abandonou as suas terras, refugiando-se numa ilha vizinha chamada Idugo (vide mapa 1 em anexo). Lá permaneceu cerca de 2 anos (desde 1990 até 1992).

Como contaram os residentes, durante os anos de guerra, a região não esteve totalmente abandonada. Existiam muitos casos em que a população vinha fazer machambas nas suas terras ou colher produtos para o seu sustento. Daí que com o fim dela não houve problemas de ocupação de terra dentro da comunidade.

O impacto da guerra é confirmado pela literatura. Por exemplo, o INE (1980) aponta uma população de cerca de 54.766 habitantes no Posto Administrativo de Bajone em 1980, antes da guerra. Dados do Censo de 1997 indicam para o Posto de Bajone uma população de 54.500 habitantes, agrupados em cerca de 15.390 agregados familiares (AF) o que corresponde a uma diferença de 266 habitantes. O Censo de 1997 indica que a população de Bajone está distribuída nas três localidades da seguinte maneira: Localidade de Naico 14%, Missale 25% e Nacuda ou Bajone Sede 61% da população total do Posto.

As mudanças demográficas verificadas na população revelam uma diferença muito pequena de crescimento da população para um período de 17 anos. Se não considerarmos os possíveis erros de estimação destes dados, associados à diminuição do número de habitantes por agregado familiar, eles reflectem uma emigração maior que a imigração neste posto durante este período.

Segundo o INE (1997), uma taxa de crescimento populacional de 2.3% ao ano é a que actualmente se verifica em toda Província da Zambézia. Com base nesta taxa, poder-se-ia esperar uma diferença maior em termos de crescimento populacional do que aquela apresentada. As mudanças demográficas são apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 1: Estimativa da evolução da população do Posto de Bajone entre 1980 até 2000

	1980	1997	2000
R=2.2% (pouca emigração)	54766	79282	84631
R=2.3 (sem emigração)	54766	80611	86303

Assim, deveriam existir cerca de 80611 habitantes em 1997, em todo Posto Administrativo de Bajone. A comparação das estimativas da evolução da população com os dados do INE (1980 e 1997), e na base da taxa de crescimento populacional da província, indicam uma diferença de cerca de 26111 em 1997, que corresponde ao

tamanho do grupo de pessoas que emigraram (48%) para outros pontos do País a procura de melhores condições de vida.

As famílias em Bajone, particularmente na área de estudo, encontram-se muito dispersas (característica geral das zonas rurais). O tamanho médio das famílias é de 4,9 pessoas por agregado familiar. O INE (1997) aponta para cerca de 3,6 em todo Posto Administrativo de Bajone e 4,0 para as zonas rurais em Moçambique. O cálculo de teste t student<sup>2</sup> mostra que<sup>3</sup> os valores do INE (1997) diferem significativamente com os do presente estudo. O facto de a área de estudo ser a mais povoada a nível de todo Posto Administrativo de Bajone, 61% da população total (33.021 habitantes), explica a discrepância encontrada.

Segundo o Régulo Capitão (10/01/00), esta forma de vivência dispersiva é uma das estratégias adoptada pelas próprias famílias para facilitar a distribuição da terra pelos membros da família e/ou aumentar as áreas de cultivo. Já que vivendo dispersos ou perto/em redor das plantações têm mais possibilidade de acesso à terra nas companhias e alargarem as suas machambas. Também é o resultado da estratégia adoptada pelo governo colonial e das empresas concessionárias em manter os camponeses nas terras marginais próximo ou em redor das plantações como forma de garantir força de trabalho sempre disponível, barata e não imigrante (compare: Mosca, 1989).

Mais de 90% dos entrevistados falam a língua local, o Moniga e são oriundas da própria zona de estudo. No entanto, existe um grupo dentro da comunidade que não nasceu na área. O qual é constituído por homens que vieram de outros pontos do distrito ou Postos Administrativos circunvizinhos a procura de emprego nas companhias e acabaram por se casarem na área e constituíram as suas famílias. O outro grupo é constituído por mulheres casadas com homens locais. Os dois grupos constituem cerca de 1,0% da população.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados segundo a zona de origem

Região	Frequência	(%) Corrigida
Bajone	55	99,5
Pebane	4	0,1
Mocubela	9	0,3
Bala	2	0,1
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquéritos (01/ 2000)

Os resultados das entrevistas indicam que 55 camponeses entrevistados são originários de Bajone e os restantes 15 são imigrantes, os quais vieram do Distrito de Pebane, Posto Administrativo de Mocubela, e Posto de Bala (tabela 2). A maioria (9) dos entrevistados imigrantes vem do Posto de Mocubela, porque durante a guerra, a maior parte da população deste Posto tinha se refugiado em Bajone e alguns até hoje ainda não voltaram,

<sup>2</sup>  $t = (M_1 - M_2) / [(S_1^2/n_1 + S_2^2/n_2)]^{1/2}$  onde: M1 e M2 são médias; S<sub>1</sub><sup>2</sup> e S<sub>2</sub><sup>2</sup> são variâncias 1 e 2.

<sup>3</sup> t<sub>calculado</sub> = 9,66 e t<sub>crítico</sub> (69; 0.05) = 1,96.

e nem pensam fazê-lo, pois acham que têm mais oportunidades de sobrevivência lá que nas suas terras de origem.

Os dados do Censo de 1997 e do Bene (1991) revelam uma situação semelhante a da tabela 2. Deste modo, ela reforça ainda mais a ideia de que na região a taxa de imigração é relativamente baixa (cerca de 1,0%) comparativamente a outros Postos Administrativos do País, como é o caso de Zitundo com 23% da taxa de imigração (Figueiredo, 1999).

O grau de alfabetização em Bajone é em geral muito baixo. Os resultados deste trabalho indicam que mais de dois terços de agregados entrevistados não têm a 5ª classe. O censo de 1997 aponta para cerca de 67% da taxa de analfabetismo da população rural na Província da Zambézia, e 65,9% da taxa de analfabetismo nas zonas rurais em Moçambique (INE, 1997). O PNUD (2001) estima em cerca de 56,7% da taxa de analfabetismo global em Moçambique, e cerca de 83% de pessoas que não concluíram qualquer nível de ensino. As causas principais são: Falta de dinheiro, falta de lugar nas escolas e ajuda na família. Para além disso, em Bajone existem outros factores como é o caso de insuficiência de escolas e isolamento da região com outros pontos da Província.

No Posto Administrativo de Bajone não existem escolas de Ep2, só de Ep1. As escolas de EP2 encontram-se distribuídas de forma irregular, o que limita a continuação de estudos aos alunos, principalmente os provenientes de famílias pobres. A Escola de Ep2 só existe na Sede do Distrito, Maganja da Costa que dista cerca de 180 km. Até à data desta investigação não existia programa de alfabetização dos adultos. Na área da Saúde, existe apenas um único posto que funciona com muitas deficiências e sem maternidade. Segundo os entrevistados, antes da guerra a região tinha cerca de 4 Postos de Saúde e igual número de maternidades (Bajone Sede, companhia da Zambézia, Murrôa e Madal), mas estes foram destruídos durante a guerra, e ainda não foram reabilitados. A rede comercial incluindo vias de acesso também estão em estado degradado.

## 5.2 Acesso e tipo de uso da terra

O poder tradicional em Bajone sofreu muitas perturbações no período colonial com a implantação das companhias agro-pecuárias. Depois da Independência Nacional a situação continuou com abolição do sistema de régulos, "mwenes" e a implantação dos aldeamentos forçados assim como cooperativas comunais. A recente guerra civil agravou ainda mais a situação, pela destruição total do tecido social e da estrutura das famílias rurais, morte dos Régulos e anciões. Apesar destas perturbações, o poder local é ainda representado pelos líderes tradicionais. Nas povoações o poder é exercido pelos seus respectivos chefes, os "mwenes", os quais eram chefes de terras de cada povoação. Hoje eles perderam a autoridade e as suas terras à favor das companhias. Os "mwenes" subordinam-se ao Régulo da região (Régulo Capitão, 13/01/2000).

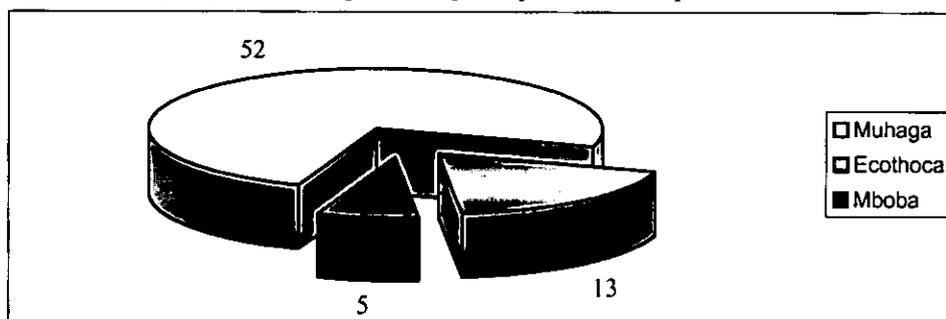
A relevância do poder tradicional é bastante grande na comunidade de Capitão. O régulo faz ligações entre a comunidade e as autoridades administrativas formais, entre a comunidade e privados assim como entre a comunidade e as ONG's. Durante a minha

estadia ele foi solicitado duas vezes pelo administrador do Posto para discutir a questão de comercialização de copra, recebeu duas visitas de representantes distritais da ADRA e ActionAid, ambas para discutirem o projecto de fomento de caju. Várias vezes foi solicitado através dos seus subordinados, para ir resolver problemas locais relacionados com roubos, feitiçaria, casamentos ou matrimónios sem ter que recorrer às autoridades estatais locais. Soube também que o Régulo participou em alguns encontros sobre a divulgação da Lei de Terras na vila da Maganja e em Quelimane, a convite da ORAM.

Nas questões de acesso à terra, é prática comum em Bajone procurar-se o representante do poder tradicional para ter acesso à terra, ou resolver qualquer problema sem recorrer aos serviços administrativos formais. Estes, quando se trata de pequenas transacções sem potenciais conflitos, não costumam intervir e nem se fazem representar nos encontros. Com base nas entrevistas aos informadores chave, pude concluir que existem fortes ligações entre o régulo e as autoridades administrativas estatais locais.

Em termos de sistemas fundiários não basta ter acesso à terra, mas também a qualidade da terra conta. Deste modo, os camponeses inquiridos sobre os tipos de solos existentes na região e sua aptidão agrícola, quase todos, incluindo o régulo e o guia, responderam que existiam três tipos de solos: "Mboba", "Muhaga" e "Ecothoca". Dos três o mais apto para agricultura é "Mboba", seguido de "Ecothoca" (Bene, 1991). As entrevistas aos camponeses mostram que 52 usam "Muhaga" (menos fértil), 13 usam "Ecothoca" e os restantes, (5) usam "Mboba" (mais fértil). Vide o gráfico 1 e a tabela 3 respectivamente.

Figura 1: Proporção de camponeses por tipo de solos que usam



O gráfico da figura 1 e a tabela 3 ilustram que cerca de 70% dos camponeses usam solos marginais para a agricultura. Isto mostra que a qualidade do solo é uma das razões para a baixa produtividade agrícola, o que justifica a necessidade de novas áreas de cultivo, de melhoria dos sistemas de cultivo e o uso de insumos agrícolas (fertilizantes e etc.). De acordo com os camponeses e com as observações no campo, a presença da Madal limitou o acesso à terras potencialmente aptas, visto que estas geralmente se encontram dentro ou em redor das plantações da empresa, o que dificulta o seu acesso aos camponeses mesmo que não sejam proibidas (Bene, 1991; Gouveia e Marques, 1993).

Tabela 3. Nomenclatura e distribuição dos solos segundo o seu uso potencial

Nome local	Nome vulgar	Nome científico	Localização	Utilidade	(%) corrigida população
MBOBA (cor escura)	Solos Aluvionares Hidromorficos	<i>Fluvisolos tionicos/eutricos</i>	zonas baixas ou pantanosas	Pastos, arroz, tubérculos Hortícolas, etc.	8
ECOTHOCA (cor av. escuro)	Solos dunares ou costeiros	<i>Regossolos eutricos</i>	Zonas declivosas ou pouco planas	mandioca, feijões, cereais e coqueiros	23
MUHAGA (cor branca e fina)	Solos arenosos	<i>Arenossolos Ferralicos</i>	zonas pouco planas ou onduladas	Mandioca, coqueiro, etc.	69

Fonte: Inquérito (01 / 2000)

Para verificar se existia diferenciação entre trabalhadores e não trabalhadores em relação ao tipo de solo que usam, determinou-se o qui-quadrado<sup>4</sup>. Os resultados deste teste, mostram que não há variação entre o tipo do solo usado pelos trabalhadores e não trabalhadores. Isto mostra que mesmo os trabalhadores da Madal não são permitidos fazerem machambas nas companhias como acontecia no passado (Mosca, 1989 e Tanner, 1994). Por isso, a actual relação entre os dois sectores é conflituosa.

Segundo Myers (1993), os diversos regimes consuetudinários de posse da terra no país têm algumas características comuns. Uma delas, talvez a principal, é a salvaguarda contra alienação da terra a pessoas que não sejam do grupo, embora permitam frequentemente transacções internas com aprovação do grupo ou da sua liderança. Segundo Brouwer (1998), outra particularidade deste sistema é que cria oportunidades de maior controlo local da terra e contribui na redução da probabilidade de ocorrência de conflitos. O que pode acontecer em Bajone, principalmente entre os imigrantes e naturais.

Tabela 4: Principais formas de acesso a terra em Bajone

Vias de acesso a terra	Trabalhador		N. trabalhador		Frequência	(%) corrigida
	I	N	I	N		
Herança	1	19	0	31	51	88,2
Compra	6	1	0	0	7	5,8
Empréstimo	4	0	0	2	6	5,7
Arrendamento	4	0	0	0	4	0,2
Outras	0	0	0	2	2	0,1
<b>Total</b>	<b>35</b>		<b>35</b>		<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: inquérito (01/2000)

Em relação às fontes e formas de aquisição da terra, a tabela 4 mostra que cerca de 88% dos camponeses entrevistados obtiveram a terra por herança. Os resultados mostram também que os trabalhadores imigrantes (I) acedem à terra por compra, empréstimo ou

<sup>4</sup>  $X^2_{\text{calculado}}=1,20$  e  $X^2_{\text{crítico (1;0,05)}}=3,84$ ,  $X^2_{\text{calculado}} < X^2_{\text{crítico (1;0,05)}}$ , aceita-se a  $H_0$ .

arrendamento, cerca de 6% respectivamente, enquanto que os trabalhadores naturais (N) obtêm por via de herança. Os não trabalhadores naturais obtêm por via de herança. Não existem imigrantes não trabalhadores. Isto mostra que há uma relação entre imigração e vias de acesso à terra ou contacto, entre imigração e emprego mas, em termos agregados não existe variação entre trabalhadores e não trabalhadores.

O cálculo de teste qui-quadrado<sup>5</sup> confirma os resultados obtidos em relação a não existência de variação sobre as vias de acesso à terra entre os trabalhadores e não trabalhadores na região. Deste modo, pode-se concluir que a influência dos imigrantes na comunidade é relativamente menor do que os naturais.

Segundo os entrevistados o recurso à venda, ao empréstimo ou arrendamento acontece geralmente quando a pessoa não é da comunidade. Neste caso, são pessoas que vêm trabalhar nas companhias agro-pecuárias ou comprar peixe. Alguns entrevistados deste grupo disseram que pagaram 250.000,00Mt para o terreno que ocupam por causa das árvores de frutos que existiam no terreno, não existindo um mercado informal propriamente dito para a venda ou troca de terras. No caso de empréstimo ou arrendamento, os pagamentos são feitos geralmente em géneros alimentícios, na base do valor da produção. Esta prática pode de alguma forma também ter influência no controlo local da terra e na redução da probabilidade de ocorrência de conflitos sobre a terra entre membros da comunidade.

A prática mostra também que há um reconhecimento silencioso por parte de todos os que não têm possibilidade ou não querem romper com as leis consuetudinárias de concessão dos direitos de acesso à terra e recursos naturais. Para além do reconhecimento, é possível que para os camponeses seja também uma questão de sobrevivência porque esta prática garante a estabilidade do seu património e reduz conflitos (PNUD; 2001:61).

No processo de aquisição de terreno há sempre um mecanismo que regula e que deve ser obedecido por todos aqueles que vivem na comunidade, este mecanismo consiste geralmente na consulta e contacto a pessoas mais influentes na comunidade. Deste modo quis saber através dos inquiridos se caso alguém pretenda adquirir um terreno na comunidade com quem pode contactar primeiro. A tabela 5 resume os resultados.

Tabela 5: Pessoa contactada em primeira mão quando alguém necessita de terreno

Vias de contacto	Trabalhador	N. Trabalhador	Frequência	(%) corrigida
Régulo/Muene	22	26	48	74
Dono	13	8	21	23
Outros	0	1	1	3
Total	35	35	70	100

Fonte: Inquérito (01/2000)

Os resultados da tabela 5 mostram que 74% camponeses contactam o "mwene" ou régulo e 23% contactam com o dono do terreno para terem acesso à terra. Neste sentido,

<sup>5</sup>  $X^2_{\text{calculado}}=3,60$  e  $X^2_{\text{crítico}}(1;0,05)=3,84$ ,  $X^2_{\text{calculado}} < X^2_{\text{crítico}}(1;0,05)$ , aceita-se a  $H_0$ .

pressupõe-se que o Régulo esteja envolvido em apenas 12% dos casos, visto que 88% dos entrevistados herdaram. Na transmissão de terrenos por herança ou laços familiares o régulo não tem papel relevante. Porém, para as pessoas que contactam directamente com os donos do terreno, o régulo é contactado para testemunhar o acordo e verificar os limites do terreno concedido.

Existe uma grande variação em relação ao tamanho e número de machambas por agregado familiar nas zonas rurais. Geralmente as famílias com um poder económico e social relativamente elevado, possuem maior número de machambas e com tamanhos grandes, enquanto que com as famílias pobres acontece o contrário. Isto tem implicações principalmente nos seus sistemas de produção (duração dos períodos de pousio, tipo de cultura e talvez uso de insumos), e nas estratégias de obtenção de rendimentos para sua subsistência. Os resultados que retratam a situação são apresentados na tabela 6.

Tabela 6: Número médio de machambas por AF

Nº de machambas	Trabalhador	Não Trabalhador	Frequência	(%) corrigida
I – III	33	17	50	49
IV – VI	2	18	20	51
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito (01/2000):

A tabela 6 mostra que 51% dos camponeses entrevistados possuem entre 4 a 6 machambas e, 49% entre 1 a 3 machambas por AF. De acordo com os entrevistados e com as observações no terreno, os detentores de maior número de machambas a nível das comunidades são na sua maioria pessoas locais (os herdeiros), principalmente familiares de régulos ou “mwenes”, curandeiros e pescadores.

O cálculo do teste qui-quadrado<sup>6</sup> para a tabela 6, permite concluir que há variação entre o número de machambas dos trabalhadores e não trabalhadores. Isto mostra que os trabalhadores dedicam a maior parte do seu tempo nos trabalhos da companhia, sendo as mulheres e crianças responsáveis pela produção agrícola. Por isso, têm poucas machambas. Outra explicação possível é que quase 50% dos trabalhadores entrevistados são imigrantes e obtêm terra por compra, empréstimo ou arrendamento, daí que têm poucas machambas visto que não têm terra suficiente para o cultivo.

O tamanho das machambas é outro aspecto importante nos sistemas de produção dos agregados familiares. Apesar dos entrevistados não terem uma ideia clara sobre as dimensões das suas machambas, foi possível confirmar o tamanho de algumas machambas devido à fácil localização das mesmas (quase junta/redor das casas). A maior parte dos AF visitados (58) tinham em média global cerca de 2,0 ha. Em Moçambique a média é de 2,54 ha/AF e na região a média global é de 2,41 ha/AF

<sup>6</sup>  $X^2_{\text{calculado}} = 5,47$  e  $X^2_{\text{crítico}}(1;0,05) = 3,84$ ,  $X^2_{\text{calculado}} > X^2_{\text{crítico}}(1;0,05)$ .

(MAP/MSU/MPF,1998), o que confirma a escassez de terra em Bajone abrindo assim fortes indícios para ocorrência de conflitos sobre a terra e outros recursos.

O cálculo de teste t Student<sup>7</sup> mostra que não há diferença significativa entre as áreas apresentadas pelo INE (2,41 ha/AF) e pelo estudo (2,0 ha/AF). A constatação de que não existe uma variação estatisticamente significativa entre as duas médias não é segura uma vez que as dimensões das machambas foram obtidas através de estimações simples e não por medições directas no campo.

### 5.3 Conflitos sobre a terra em Bajone

O Posto Administrativo de Bajone é bastante habitado. INE (1980;1997) dá uma densidade populacional de 29.7 habitantes/km<sup>2</sup>, com distribuição irregular das famílias. As populações de Bajone, muito em particular da área de estudo, vivem rodeadas por três companhias agro-pecuárias, nomeadamente Madal, Zambézia e Murrôa (Mapa3).

Das três companhias a primeira a ser instalada foi a Zambézia, seguida pela Madal e finalmente a Murrôa. A Companhia da Zambézia sozinha possui cerca de 11.000 ha, mas actualmente explora apenas 4.000 ha devido aos problemas financeiros e produz cerca de 4.000 toneladas de copra por ano. Após a independência chegou de produzir mais de 40.000 toneladas/ano (Sr. Diogo, gerente da Companhia de Zambézia, 9/01/2000).

A Madal foi instalada em Bajone, por volta de 1930. Ocupa uma área total estimada em cerca de 12.245 ha de terra. Na altura da instalação das companhias a terra foi lhes cedida pelo governo, umas partes eram mata virgem e outras tinham que evacuar as populações que na sua maioria deixaram as suas infraestruturais, incluindo árvores de fruta a favor das companhias, como é o caso de coqueiros e cajueiros (Sr. Damião, gerente da Companhia da Madal, 11/01/2000). Cerca de 10.000 ha são da companhia da Murrôa.

No seu todo, as três empresas agro-pecuárias ocupam em plantações cerca de 33.245 ha, incluindo as áreas de residência e de pastagem, dos 62.200 ha da área total disponível (Bene, 1991). Assim, 29.955 ha é a área disponível para o sector familiar, o que equivale a cerca de 1,88 ha/AF. Deste modo pode-se concluir que há escassez de terra em Bajone.

A disponibilidade de terra em Bajone é complicada ainda pela existência de zonas marginais vastas e aparentemente desocupadas, ao norte da localidade e nas terras baixas pantanosas, perto dos rios ou lagoas, as quais pertencem às empresas agro-pecuárias. Segundo Myers (1993), as terras "desocupadas" em muitas zonas rurais constituem prioridade mantida ao abrigo do sistema consuetudinário de posse da terra. Porém, o sistema extensivo de produção agrícola utilizado em Moçambique constitui um dos factores de distorção da verdadeira disponibilidade de terras.

Inquiridos sobre a existência de conflitos de terra na região e a quem envolvia; dos 70 entrevistados, quase todos responderam que haviam conflitos de terra entre a Madal e as

---

<sup>7</sup>  $t_{\text{calculado}} = 9,66$  e  $t_{\text{crítico}} (69;0,05) = 2,00$ ,  $t_{\text{calculado}} > t_{\text{crítico}} (69;0,05)$ , aceitamos  $H_0$ .

populações do regulado de Capitão (área de estudo). Porque a Madal anda a proibir os camponeses de fazerem machambas nas terras baixas “desocupadas”. Esta informação foi confirmada pelo delegado da ORAM na Maganja, pela Administração do distrito e do Posto, pelo Director distrital da Agricultura, pelo Régulo Capitão e pelo Guia.

Segundo os entrevistados, o conflito atingiu o seu ponto máximo entre 1995 e 1997, quando morreu uma pessoa da comunidade durante a disputa entre os guardas da Madal e alguns membros da comunidade. Este caso aconteceu em 1997, quando um grupo de camponeses foi apanhado a fazer machambas de arroz nas zonas pantanosas perto da companhia pelos guardas da Madal armados e estes tentaram expulsar os camponeses alegando que estavam a desviar cocos, originando assim a confusão que culminou com a morte de um camponês, a tiro disparado por um dos guardas. O problema já chegou à Província e até a data ainda não tinha desfecho, o que deixava os camponeses muito apreensivos. Por seu turno, o gerente da Madal diz que o guarda agiu em legitima defesa visto que os camponeses o tentaram agredir.

O caso mais recente aconteceu nos finais de 1999 quando os guardas da Madal arrancaram as enxadas a um grupo de mulheres, quando estas estavam a fazer machambas nas zonas baixas em disputa. Desde então, a Madal meteu seus Búfalos nestes locais para impedir a entrada dos camponeses. O gerente da Madal alega que a população está a fazer machambas nas áreas de pastagem e as práticas agrícolas dos camponeses aceleram o empobrecimento dos solos. Para além disso, alguns camponeses quando largam das suas machambas desviam cocos da companhia, o que os deixa desapontado.

Os camponeses referem ainda que estes não são os únicos casos. Ocorreram muitos outros de género que tiveram a intervenção do chefe do Posto ou do Distrito. Os camponeses dizem ainda que a intervenção do chefe do Posto não produz os efeitos desejados, porque ele só defende o sector empresarial. *“Nós já canalizamos tantas vezes ao chefe do posto e mesmo à direcção distrital, mas ninguém se interessa com o nosso problema. Achamos que o governo está comprometido. No tempo colonial nós fazíamos nossas machambas nas terras baixas e hoje a companhia nos proíbe sabendo que foram eles que nos arrancaram as terras boas, onde fazíamos machambas de arroz, hortas, batatas e mandioca. Somos acusados de ladrões de cocos e proibidos de vender os nossos próprios cocos a quem quisermos só à madal, que mal paga, mas o governo não vê esta situação”* (Malimo Gurai, 5/01/2000).

Esta morosidade das autoridades locais contribui para o aumento da desconfiança e da tensão entre as partes. Ela deve-se talvez à fraca capacidade das autoridades estatais locais em lidar com casos desta natureza, ou porque possivelmente não querem tomar decisões precipitadas, daí que, estejam a procurar uma estratégia de tentar resolver a situação com calma, através da consulta às suas estruturas hierárquicas, no sentido de assegurar a presença da Madal visto que, ela é quase a única empresa na região a tentar redinamizar a economia local depois da guerra civil. Neste sentido, o argumento dado pela comunidade é discutível.

A Administração do Posto diz que o gerente da Madal não está a cooperar porque não aceita conversações, “*eu já solicitei várias vezes um encontro com o gerente da Madal e a comunidade, mas ele não aparece*”, dizia o chefe do Posto. Esta situação mostra a complexidade da relação entre o capital económico e o poder político na região.

Por seu turno, os camponeses estão dispostos a ir até ao fim das consequências, porque segundo eles, as companhias tiraram as suas terras. “*As companhias arrancaram-nos nossas terras. Durante o período de ocupação das companhias, se alguém recusasse sair do seu terreno era chamboqueado até quase a morte. Elas nos cercaram de palmares para servirmos de mão-de-obra barata. Hoje se aparece alguém a dizer vai apontar os seus palmares na companhia, vamos apontar. A título de exemplo veja aquele Cemitério que está dentro da companhia da Madal (régulo Capitão, 10/01/2000)*).

Negrão (2001), refere que foi o Estado Colonial que determinou a localização das machambas dos camponeses perto das terras marginais ou mais produtivas (perto das plantações privadas). Também foi o Estado que, década a década, confinou o tamanho das machambas das famílias rurais. Segundo o autor, a ocupação de terrenos do sector familiar pela Madal algumas vezes não foi pacífica (porque utilizavam a estratégia de ocupação de terrenos sem previa autorização pelo estado). Estas constatações são confirmadas pelas revelações dos camponeses em Bajone sobre a actuação da Madal.

Os camponeses entrevistados afirmam que em representação da comunidade, o régulo Capitão já manteve cerca de dois encontros com o chefe do Posto e um encontro com o gerente da Madal, na tentativa de procurar uma solução pacífica para o problema, principalmente no sentido de a Madal deixar pelo menos os camponeses fazerem as suas machambas nas zonas baixas, mas não foi possível convencê-lo. Segundo Hoffman (2001), os chefes tradicionais não conseguem resolver conflitos quando estão envolvidos interesses comerciais ou o Estado, porque muitas vezes encontram-se vulneráveis e, numa posição enfraquecida. Este comentário é válido para o caso de Bajone, onde o líder local tem pouca influência a nível do poder económico e estatal e a comunidade não está suficientemente organizada para o acompanhar nas suas diligências.

O empenho do régulo em organizar as comunidades para tentar uma resolução pacífica tem conseguido às vezes amenizar as emoções das populações, apesar de ser difícil de lhes convencer para deixarem temporariamente de fazer as suas machambas nas terras em disputa. No entender da população as terras e os cocos comercializados são deles. Aspectos que constituem nós do problema. Ao mesmo tempo o Régulo está tentando organizar as populações para dum lado permitir o controlo das pessoas que desviam cocos da Madal e, por outro, solicitarem terreno para o cultivo de forma organizada. Processo que pode ser uma via para se chegar a um bom entendimento.

Do encontro realizado para apresentação e discussão dos resultados preliminares do trabalho com os representantes da comunidade, concluiu-se que os factores principais que contribuem para uma relação não pacífica entre a Madal e a comunidade eram acesso à

terra, comercialização de copra e a mão-de-obra. O consenso foi o de reforçar a organização e vigilância na comunidade como alternativa para reduzir o conflito.

No referido encontro, recomendou-se a criação imediata duma associação local de produtores de coco com as seguintes tarefas: Verificar quem desvia cocos da companhia (apanhar os ladrões de cocos e entregar à companhia), registar todas pessoas que têm coqueiros e vendem coco, criar postos comunitários fixos de venda de cocos e negociar com a Madal a concessão de parcelas para as comunidades fazerem suas machambas. Chayanov (1987) e PNUD (1998) defendem ideias semelhantes ao afirmar que uma maneira para as famílias poderem sobreviver a competição com o sector empresarial é pela criação de estruturas associativas, ideia também partilhada por muitos defensores das teorias de transição agrária e por mim.

#### 5.4 Sistemas de produção e sobrevivência dos agregados familiares

Em Bajone o sector familiar ocupa mais de 90% da mão-de-obra, cultivando áreas que em média variam entre 0,5 a 2 hectares. A agricultura é praticada na maior parte por mulheres e, por vezes por crianças. Quase todos os camponeses inquiridos primeiro fazem a derruba de arbustos ou árvores, depois, limpeza e queima do capim e finalmente a lavoura e gradagem simultânea. Segundo os mesmos camponeses quando o terreno está muito sujo, primeiro queimam o capim e depois fazem o corte dos arbustos.

A sementeira é feita de acordo com o início das chuvas (Dezembro a Janeiro). As culturas semeadas nesta altura são a mandioca, milho, arroz, batata-doce e feijões. Segundo os camponeses, estas culturas geralmente são produzidas nas plantações de coqueiros ou cajueiros dos camponeses, portanto, são consociadas com as culturas perenes.

Quanto à fertilidade do solo, referir que quase todos camponeses inquiridos não usam fertilizantes. Para recuperar a fertilidade dos solos depois da colheita da cultura anterior fazem imediatamente canteiros e as vezes usam a rotação de culturas. Nas zonas baixas após a colheita de arroz produzem os tubérculos (mandioca e batata doce). Segundo os camponeses entrevistados, raras vezes fazem o pousio das áreas de cultivo. Alguns camponeses às vezes deixam o seu terreno descansar durante cerca de 3 a 6 meses para recuperar a fertilidade. Esta prática é desenvolvida maioritariamente por naturais.

O sistema de colheita praticado pelos camponeses entrevistados é gradual. “ *No tempo colonial nós deixávamos as nossas culturas crescerem bem e neste período vivíamos de compra nas lojas das companhias ou de produtos fornecidos pela companhia para os trabalhadores, daí que conseguíamos colher duma só vez o que facilitava a sua contabilização. Agora basta a cultura começar a amadurecer a pessoa começa também a tirar pouco, aos pouco até acabar*”, (Sra Abiba, 5/01/2000). Esta prática foi justificada pelos camponeses como uma estratégia de aliviar a fome. Segundo os camponeses a produção muitas vezes mal chega a satisfazer as necessidades das famílias, daí que eles às

vezes recorrem a outras fontes de rendimento provenientes fora da machamba, como o trabalho nas companhias, ganho-ganho, pescaria, etc.

Quase todos camponeses não conseguem vender a sua produção devido aos fracos rendimentos. Mas alguns o faziam no tempo colonial. Porque a terra ainda era fértil e também usavam alguns insumos ou fertilizantes que eram fornecidos pelas companhias. Mosca (1989), refere que no tempo colonial para as companhias ajudarem a melhorar os rendimentos dos camponeses locais estes apoiavam em insumos agrícolas e no transporte de produtos alimentares das regiões mais recônditas onde faziam machamba. Esta prática para além de melhorar os rendimentos das famílias permitia também a melhoria da relação entre os camponeses e as empresas. A Madal deixou este procedimento porque não tem meios e pelas características do actual sistema de economia de mercado.

No entender dos camponeses as empresas não têm vontade de ajudar as comunidades. *"No tempo colonial muitos trabalhadores da companhia faziam machambas no Pugurini (cerca de 30 km a norte de Bajone) e, no momento da colheita, as companhias, incluindo a Madal, as vezes apoiavam as populações no transporte dos seus produtos. Por isso, nunca houve conflitos de terra e nem fome. Hoje a pessoa pode ir fazer machambas lá longe, não consegue colher toda a comida e se colhe só consegue trazer em casa pela cabeça cerca de 30kg e o resto do produto fica lá a apodrecer por falta de transporte. Por isso as populações são obrigadas a produzirem em redor das casas ou nas companhias"*, dizia o Malimo Gurai.

A entrevista com o gerente da Madal e, outra informação disponível, indicam que a empresa não tem capacidades financeiras como dantes. Porque ela esteve abandonada durante muitos anos, as suas infra-estruturas ficaram totalmente destruídas e perdeu quase tudo, agora está a tentar se refazer e isto leva tempo. É possível que seja esta a razão principal porque a empresa não pode apoiar os camponeses, como disse a própria Madal.

Em relação a incidência de pragas quase todos entrevistados afirmaram que haviam poucas pragas. Destas poucas pragas os camponeses mencionaram a *Cochinilha de mandioca*, a qual foi confirmada no terreno. Os mesmos camponeses não possuem meios e técnicas para o seu combate e nunca receberam apoio do governo nem de outras entidades para o efeito. A Direcção Distrital da Agricultura (DDA) tinha conhecimento, mas nunca apareceu para ajudar a população a combater a praga. Este factor pode também, possivelmente, ter influenciado a mudança nas formas de cultivo dos camponeses. A DDA referiu por seu turno, que tinha conhecimento sobre o assunto e estava a envidar esforços a nível provincial, uma vez que localmente não tinham meios.

Quase todos os camponeses entrevistados guardam no final de cada época um pouco de semente da época anterior para a sementeira, caso contrario, são sujeitos a comprarem a preços muito elevados na fase de sementeira. Não usam sementes melhoradas.

Quanto aos rendimentos agrícolas, o estudo não conseguiu obter os valores reais da produção por machamba e por família, mas foi informado pelos camponeses que estes são

65  
SA)

muito baixos. O estudo de MAP/MSU/MPF citado por Hanlon (1997), concluiu que o apoio aos camponeses em insumos agrícolas, como sementes melhoradas contribuiu para a mudança nas formas de cultivo e aumento dos rendimentos agrícolas em cerca de 25-36% comparativamente aos outros produtores que não tiveram a mesma sorte. Deste modo, é possível que o uso de sementes não melhoradas, tenha também influência nas formas de cultivo e nos rendimentos dos camponeses em Bajone.

Em relação à produção de copra, mais de 95% dos inquiridos possuem coqueiros, e o produzem de forma consociada com outras culturas anuais ou perenes. Não há também uso de insumos agrícolas. Segundo MADER (1999), a consociação de coqueiros com culturas anuais aumenta o empobrecimento dos solos devido ao elevado consumo de minerais por outras culturas e reduz o rendimento das culturas (exemplo: cocos consociados produzem 40/50 cocos por árvore e não consociados 60/árvore).

O objectivo principal da produção é a venda e consumo, mas com maior proporção para a venda (mais que a metade). Os produtos principais vendidos são: Coco fresco e seco (copra). O consumo de coco tem sido uma alternativa importante para a subsistência das famílias locais nos tempos de fome e mesmo para a obtenção de dinheiro. Os camponeses das zonas costeiras não têm outras alternativas se não à cultura de coqueiro para obterem rendimentos (MADER, 1999). Com o decréscimo da produtividade dos coqueiros hoje, os rendimentos e a segurança alimentar das famílias pode também estar comprometida.

Os camponeses vendem cocos para intervenientes que vêm de diversas zonas do país, como: Nampula, Quelimane, Mocuba e até do Malawi. As companhias agro-pecuárias também estão envolvidas na compra do coco/copra do sector familiar, através dos seus intermediários (compradores locais) para complementar a sua produção. Destes intervenientes a comunidade prefere vender aos comerciantes externos (de Nampula e Quelimane) porque segundo os entrevistados eles são honestos, não adulteram as balanças e pagam a bom preço. A tabela 7 apresenta o resumo dos resultados.

A tabela 7 mostra que 57% dos entrevistados preferem vender os seus cocos a comerciantes de Nampula e 29% de Quelimane. Os colaboradores da Madal compravam das populações a 1.000,00Mt/kg de copra e por sua vez a Madal pagava aos colaboradores a 1.400,00Mt/kg. Enquanto que os intervenientes vindos de Quelimane e Nampula pagavam directamente aos camponeses 1.700,00Mt a 2.000,00Mt/kg respectivamente. O preço oficial da copra segundo a Direcção Distrital de Comércio na altura era de 1.700,00Mt/kg. Segundo o princípio de custo de oportunidade e da economia do mercado é legítima a preferência da população em vender quem oferece o maior preço.

Tabela 7: Preferência da comunidade na venda de copra/coco.

Clientes	Trabalhador	N. Trabalhador	Frequência	(%) corrigida
Madal	0	1	1	3
Zambeze	0	1	1	3
Murrôa	2	1	3	3

Comer. Quelimane	15	10	25	29
Comer. Nampula	17	20	37	57
Outros	1	2	3	5
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito (01/2000)

O cálculo de qui-quadrado<sup>8</sup> para a tabela 7, indica que não há variação em termos de preferência entre trabalhadores e não trabalhadores na venda de copra. Isto significa que todos os camponeses preferem comerciantes de fora (Nampula e Quelimane), provavelmente porque estes são mais honestos com a população já que oferecem preços acima do valor oficial. Para além disso, é provável que a venda de cocos/copra seja a única via para os camponeses obterem rendimento monetário, daí que prefiram vender à pessoas que oferecem preços razoavelmente elevados em relação a Madal.

A justificação da Madal ao pagar um preço baixo é que a copra do sector familiar não é de boa qualidade. Porque os métodos actuais de colheita e processamento de copra usados pelos camponeses não são adequados em relação as exigências dos mercados internacionais onde a Madal comercializa sua copra. Deste modo, para garantir esta qualidade ou padrão internacional, prefere comprar coco fresco secar e processar sozinha, daí que o valor de compra ao produtor decresce, o que não é bem visto pelos camponeses.

A população diz que a Madal introduziu este sistema para explorar os camponeses, uma vez que ela sempre comprou copra seca da população e nunca se queixou. *“Porque hoje vem com esta ideia de comprar coco fresco para secar sozinha?”*, dizia um dos camponeses entrevistados. Esta é uma das razões do desentendimento entre os dois sectores na comercialização de copra. É importante de facto saber porque é que realmente a Madal compra coco fresco? Será que a população mudou os métodos de processamento de copra? Se sim porque? E porque a Madal usa intermediários neste processo?

Segundo MADER (1999), o carácter rudimentar das tecnologias de secagem utilizadas pelos camponeses e elevado teor de humidade (25%, em vez de 6-7% recomendado) faz com que a copra seja de má qualidade, e isto reduz o seu valor acrescentado. Outro aspecto que possivelmente contribui para a redução do preço ao produtor é o uso de intermediários, porque se a Madal comprasse directamente ao produtor pagaria 1400,00Mt/kg e teria a possibilidade de negociar directamente com os camponeses e assim reduzir a desconfiança, o que poderia aumentar os rendimentos dos produtores. Mas é provável que isto traz custos acrescidos para a Madal por isso usa intermediários. A Madal diz ainda que o sector familiar está a desviar os seus cocos para vender a outros comerciantes. Esta situação originou na altura a montagem de um controlo ou “cancela” na entrada principal para o Posto, guarnecida por 5 guardas da Madal fortemente armados para impedir a entrada de outros intervenientes que comprem copra na comunidade. Este procedimento é visto pelas populações como forma de tentar criar o *“monopólio de copra em Bajone ou reserva da Madal”*. *“Os camiões de outros comerciantes não podem entrar*

<sup>8</sup>  $X^2_{\text{calculado}}=1,25$  e  $X^2_{\text{crítico}}(2;0,05)=5,99$ ,  $X^2_{\text{calculado}} < X^2_{\text{crítico}}(2;0,05)$ , aceitamos  $H_0$ .

porque a estrada foi cancelada pela Madal, só a Madal é que pode comprar copra da população. Quando entra um camião a Madal prende-o junto com os cocos”, dizia o régulo Capitão. A Madal diz que não tem intenções de monopolizar a compra de copra, mas sim controlar o desvio dos seus cocos. O governo local diz que a acção é ilegal e passível de um processo crime.

A venda de coco/copra e força de trabalho (nas companhias agro-pecuárias e fora da machamba do agregado familiar) constituem as principais fontes de obtenção de fundos monetários das populações em Bajone. Outras actividades incluem em ordem decrescente a pesca, comércio informal e, a venda de sal de fabrico artesanal. Estas actividades constituem também fontes principais de sobrevivência das populações, incluindo a produção agrícola na machamba. A tabela 8 apresenta a contribuição de cada fonte na renda familiar e nos sistemas de sobrevivência.

As fontes de rendimento estão relacionadas com as estratégias de sobrevivência dos agregados familiares. A tabela 8 mostra que o desenvolvimento de actividades fora da machamba constitui a principal fonte de rendimento dos agregados familiares (57%), onde a venda da força de trabalho (23%) constitui a actividades mais importante. Os camponeses que sobrevivem através de rendimentos provenientes da machamba (43%), a venda de culturas de rendimento (34%) como o coco, constitui a actividade de rendimento mais importante, veja a tabela seguinte.

Tabela 8: Principais fontes de rendimento e sobrevivência por AF.

Fontes de rendimento	Trabalhador	N. trabalhador	Frequência	(%) corrigida
<b>1. Na machamba própria</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>43</b>
venda de alimentos básicos	1	1	2	3
venda de frutas / vegetais	1	1	2	3
venda culturas rendimento (coco e caju)	6	12	18	34
Outras	0	1	1	3
<b>2. Fora da machamba</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>47</b>	<b>57</b>
Venda força trabalho	24	8	32	23
venda de pescados	2	6	8	17
venda de sal tradicional	1	3	4	9
Curandeirismo	0	1	1	3
Outras	0	2	2	5
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito (01/2000)

Com base no qui-quadrado<sup>9</sup> calculado, não existem evidências suficientes para rejeitarmos a hipótese nula, que diz que não há variação das fontes de rendimentos entre trabalhadores e não trabalhadores. Isto significa que tanto os trabalhadores como os não trabalhadores sobrevivem basicamente através das fontes de rendimento provenientes fora

<sup>9</sup>  $X^2_{\text{calculado}} = 1,59$  e  $X^2_{\text{crítico}}(1;0,05) = 3,84$ ;  $X^2_{\text{calculado}} < X^2_{\text{crítico}}(1;0,05)$ , aceita-se a  $H_0$ .

da machamba (57%), embora alguns recorram também a venda de culturas de rendimento como o coco (34%), isto talvez devido a falta de terreno. Esta situação tem impacto negativo nos sistemas de produção, o que se reflecte nos baixos rendimentos agrícolas.

Segundo Capela (1988) e PNUD (2001), para as famílias que dependem basicamente das fontes de rendimento provenientes da machamba para a sua sobrevivência, a venda de produtos das culturas anuais e de algumas árvores de fruto como cajueiros, coqueiros, mangueiras e entre outras têm constituído importantes fontes de rendimento e sobrevivência. Este comentário é válido para Bajone porque os resultados mostram que a venda de culturas de rendimento é também importante para as famílias. Apesar da tendência actual ser diferente. É possível que isto seja o reflexo da relação menos pacífica verificada entre os dois sectores actualmente.

A principal implicação do sistema de produção e de sobrevivência existente em Bajone é a redução da auto-suficiência económica do sector familiar, dada as limitadas capacidades produtivas da terra e das fontes de rendimento não agrícolas, o que cria entraves na articulação do sector familiar com o sector empresarial e no desenvolvimento de uma relação dual mais funcional.

### **5.5 Selecção, alocação da mão-de-obra, produção e comercialização de copra**

A actividade principal da Madal é a produção e venda de copra assim como a criação de gado. Os instrumentos principais de trabalho usados são grades e atrelados, alfaias agrícolas, tractores para o derrube e gradagem, facas, catanas ou espadas para a sacha. A sacha é feita manualmente porque a gradagem mecânica foi interrompida. Usa às vezes insecticidas e fungicidas, para as plantas jovens, na fase de replantação das mudas. O sistema de produção usado é a monocultura.

No tempo colonial, a mecanização das empresas agro-pecuárias era muitas vezes adiada por ser dispendiosa, preferindo-se o uso de mão-de-obra camponesa. Mesmo hoje esse procedimento ocorre; por exemplo, Mosca (1989) refere que um agricultor médio em Canacue, Distrito do Monapo, "emprega camponeses para desbravar terras em estado de mata, e alega que é mais barato do que alugar um Caterpillar. Ainda considera que a destronca manual é mais cuidadosa com o solo e assim protege melhor o meio ambiente" portanto, a interrupção da mecanização pela Madal talvez é uma opção estratégica.

Segundo o gerente da Madal, a empresa empregava no tempo colonial cerca de 700 trabalhadores e actualmente emprega cerca de 100. Apesar da racionalização da mão-de-obra, o rendimento da produção é muito baixo do que quando tinha muitos trabalhadores. A razão na produção fraca deve-se aos seguintes motivos: Desvios protagonizados pelas populações locais, idade avançada dos coqueiros, falta de renovação dos mesmos, uso de práticas de produção inadequadas e falta de investimento. Outro factor apontado pelos camponeses e por mim confirmado é a falta de limpeza das plantações de coqueiro. Para

reduzir a incidência de capim e facilitar a passagem de trabalhadores, algumas vezes recorre-se à queima do capim. Também fazem o pastoreio de gado.

PNUD (1998 e 2001), referem que apesar de Moçambique ter já sido maior produtor mundial de copra, a sua população de palmares encontra-se em estado de deterioração; a maior parte das árvores ultrapassaram já o pico da sua produtividade e muitas foram atacadas por doenças. Segundo a fonte, esta situação é em parte resultado da negligência a que foi votada a população de coqueiros durante o período da guerra e à falta de tratamento das árvores, agravadas pela falta de conhecimento das melhores práticas de colheita, secagem e armazenamento. Esta constatação é confirmada pelos camponeses e informadores chave em Bajone.

O sistema de recrutamento é sazonal, com períodos de 6 a 6 meses. Em cada época é recrutada cerca de 50% do efectivo dos trabalhadores, mas este número também depende da grandeza das actividades para as quais são recrutadas as pessoas. O número de trabalhadores efectivos ou permanentes é estimado em 40 pessoas; são normalmente os chefes de sectores e, estes vêm de diferentes regiões, enquanto que os trabalhadores simples são recrutados localmente. O critério de recrutamento não é padronizado. Segundo o gerente da Companhia, este depende muito da aptidão da pessoa para as funções indicadas. Por seu turno, alguns trabalhadores entrevistados afirmam que este depende da sorte e muitas vezes de "afinidades pessoais ou cunha". A tabela 9 apresenta o resumo dos resultados do inquérito com os camponeses.

Tabela 9: Critérios de selecção da mão-de-obra usados pela Madal em Bajone

<b>Critério</b>	<b>Trabalhador</b>	<b>Não Trabalhador</b>	<b>Frequência</b>	<b>(%) corrigida</b>
Aptidão física	7	3	10	8
Idade e sexo	5	2	7	8
Sorte	4	6	10	17
Afinidades	17	21	38	59
Outros	2	3	5	8
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito (01/2000)

A tabela 9 mostra que cerca de 16% diz que os critérios de recrutamentos praticados pela Madal são justos (aptidão física e idade/sexo) enquanto que 84% dizem que os critérios não são justos (sorte e cunha/afinidades). Um estudo realizado no Brasil por Collins (1993) nas empresas produtoras de cana de açúcar, refere que o processo de recrutamento e organização da mão-de-obra local não é pacífico e transparente. Parece que aqui estamos perante uma situação semelhante.

O qui-quadrado<sup>10</sup> calculado para a tabela 9, mostra que não há diferença de opinião entre os trabalhadores e não trabalhadores sobre os critérios de selecção de mão-de-obra empregues pela Madal. Isto significa que tanto os trabalhadores como os não trabalhadores não acham justos os critérios de selecção de mão-de-obra usados pela Madal, apesar de alguns conseguirem entrar (os que têm "costas quentes" ou sorte).

Dos 35 trabalhadores entrevistados cerca de 17 entrou por via de um conhecido (afinidades) e os restantes por selecção (aptidão física) ou sorte, 7 e 5 respectivamente. O processo de recrutamento não envolve mulheres nem crianças. No entanto, foram muitos os casos em que encontrei crianças a trabalharem com os pais em algumas estações da companhia Madal. Segundo os entrevistados, os jovens são mais seleccionados para trabalhos de colheita, recolha e descasque dos cocos (trabalhos pesados) enquanto que os mais velhos para trabalhos de vigia ou guarda.

As mulheres e crianças não são recrutadas porque os trabalhos realizados são pesados e excessivos. Mas os trabalhadores, para terminarem cedo as suas tarefas, levam os seus filhos, parentes, ou mesmo esposas para ajudarem, ou adoptam um estilo de entreajuda entre colegas. Isto quer dizer que o trabalho de mulheres e crianças na companhia não é oficial. O gerente da Madal diz que não trabalham crianças nem mulheres nas companhias porque os trabalhos não são adequados para eles, e que não tem conhecimento oficial de que alguns trabalhadores levam seus filhos ou parentes para os ajudarem, porque segundo ele cada grupo tem um chefe de estação que os controla.

Os principais meses de recrutamento dos trabalhadores para as plantações são Janeiro ou Julho de cada ano. Os que entram em Janeiro terminam o contrato em Junho, enquanto que os que entram em Julho terminam em Dezembro. As pessoas recrutadas em cada ciclo produtivo geralmente são as mesmas e a maioria vem da comunidade. No seu conjunto, os trabalhadores recrutados em cada ciclo constituem cerca de 20% da mão-de-obra local (Damião, 11/01/2000). Alguns trabalhadores afirmaram que nos meses em que eles trabalham nas companhias quem toma conta das machambas e das crianças são as mulheres. Os trabalhadores também as vezes ajudam as suas mulheres nos trabalhos das machambas ou as vezes vão a pesca nos fins de semana ou quando estão de férias.

O salário nas companhias varia entre 10.000,00Mt a 13.000,00Mt por dia ou jorna, o que corresponde aproximadamente 300 a 350.000,00 Mt por mês, para 4 semanas de trabalho por mês, a 6 dias por semana. O salário mínimo oficial para o sector agrário na altura era cerca de 390.000,00Mt (MADER, 1999). Segundo os entrevistados o vencimento não dá para sobreviver. As pessoas aceitam trabalhar só por causa da pobreza e falta de emprego na região. Isto revela que as fontes de obtenção de rendimentos monetários na comunidade são limitadas. Mostra também que há mais procura e menos oferta de emprego, o que se reflecte nos critérios de selecção da mão-de-obra usados pela Madal.

A situação confirma a leitura feita por Santos (1996). Segundo este autor, os privados rurais geralmente mantêm os salários abaixo do mínimo oficialmente estipulado, mas

<sup>10</sup>  $X^2_{\text{calculado}}=1,90$  e  $X^2_{\text{crítico}(1;0,05)}=3,84$

conseguem manter os trabalhadores. Isto porque as populações rurais fazem poucas exigências para serem contratadas como trabalhadores, uma vez que as suas necessidades em numerário não são cobertas totalmente com os magros salários pagos. Em Bajone a situação é diferente porque as populações não têm outra alternativa. Dai que fazem pressão para as empresas melhorarem os seus salários e as suas condições de trabalho, portanto não há um dualismo funcional na relação entre o sector familiar e empresarial.

Alguns trabalhadores para conseguirem sobreviver recorrerem, às vezes, ao ganho-ganho, a pescaria e a venda de cocos. Segundo os trabalhadores, não há grandes vantagens em trabalhar na companhia actualmente, "*as pessoas trabalham por causa da pobreza que está demais na população, porque o vencimento é pouco enquanto o trabalho é muito pesado*", dizia um dos trabalhadores entrevistados.

Em termos de rendimento estima-se que a Madal produz actualmente cerca de 500 a 1.000 toneladas de copra por ano em Bajone (Damião, 11/01/2000). Segundo o entrevistado, 65% da produção é desviada pela população. Razão pela qual a produção decresceu nesta região. Segundo a Direcção Provincial da Indústria e Comércio da Zambézia, DPICZ (21/01/2000), a Madal chegou de produzir mais de 10.000 toneladas de copra por ano, só no distrito da Maganja da Costa, particularmente em Bajone, até aos finais da década 70. A revelação do gerente da Madal é confirmada pelo MADER (1999).

A Madal para complementar a sua produção compra anualmente, cerca de 1.200 toneladas de copra do sector familiar (coco verde). A tendência da quantidade de copra comprada dos camponeses é de aumentar, devido aos índices cada vez mais crescentes de desvio. Segundo o entrevistado, esta situação aumenta os custos totais de produção, o que leva a empresa a não admitir maior número de trabalhadores como no passado.

### **5.6 Impacto da parceria entre sector empresarial (Madal) e familiar em Bajone**

A parceria entre sector empresarial e familiar nas zonas rurais tem sido vista como um dos pré-requisitos para o desenvolvimento rural em Moçambique (Hoffman, 2001; PNUD, 2001). Porém, apesar dos privados manterem uma relação forte com os camponeses, há uma consciência enorme no seio dos camponeses de que a presença do sector privado nem sempre é pacífica e os benefícios desta parceria são às vezes limitados. Esta situação talvez seja o reflexo da fraca articulação das acções entre as duas empresas.

Com base nas entrevistas pude concluir que, 74% dos inquiridos não estão satisfeitos com a presença da Madal enquanto que apenas 6% estão satisfeitos. 9% têm opiniões divididas e 11% dos camponeses preferiram não opinar. A proporção dos descontentes não trabalhadores da Madal é maior do que os trabalhadores. Isto possivelmente devido à desconfiança dos mesmos com medo de receberem represália e com risco de perderem emprego se disserem a verdade, ou talvez porque estão mais satisfeitos. O resumo dos resultados é apresentado na tabela 10.

Tabela 10: Opinião dos entrevistados sobre a presença da Madal na comunidade

Opinião	Trabalhador	Não Trabalhador	Total	(%) corrigida
Bem vinda	12	2	14	6,0
Prejudicial	10	26	36	74,0
Bem vinda /prejudicial	7	3	10	9,0
Não tem opinião	6	4	10	11,0
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito (01 / 2000)

Com base na tabela 10, os que não estão a favor da presença da Madal (74%) apontaram em ordem decrescente as seguintes causas: Problemas de acesso à terra, comercialização de copra e problemas relacionados com o emprego nas companhias (salários baixos e mau relacionamento com os trabalhadores). Os que estão à favor (6%), dizem que é por causa do emprego. Outro benefício revelado pelos camponeses e confirmado pelo autor, é que em ocasiões importantes a Madal abate e vende carne de vaca às populações locais, principalmente aos trabalhadores, contribuindo assim para a melhoria da dieta das mesmas. Os que têm opinião dividida (9%), indicam os mesmos motivos apontados pelos dois grupos opostos.

A aplicação do teste qui-quadrado<sup>11</sup> para a tabela 10, mostra que não há diferença de opinião entre os trabalhadores e não trabalhadores sobre o impacto da presença da Madal na comunidade. Quase todos os entrevistados compartilham a ideia de que a presença da Madal na comunidade é prejudicial. É possível que este descontentamento seja devido ao número baixo de trabalhadores admitidos actualmente na empresa, com os maus tratamentos do patronato aos trabalhadores e com os baixos salários recebidos pelos trabalhadores. O sentimento de que a presença da Madal é prejudicial, também pode ser compartilhado por aqueles que preferem manter-se sem opinião ou ambivalente.

Sobre o principal motivo da relação menos pacífica entre os dois sectores, 66% dos inquiridos indicam que o problema de acesso à terra constitui o motivo principal da relação menos pacífica entre o sector familiar e a Madal. A venda de copra (20%) e o emprego (14%) constituem outros motivos importantes apontados pelos entrevistados. A proporção dos não trabalhadores que apontaram a terra como problema principal é maior que os trabalhadores; enquanto que a proporção dos trabalhadores que apontaram a venda de copra e o emprego é maior que os não trabalhadores. Isto mostra que as pessoas que não trabalham na Madal confiam na terra como seu principal meio de sobrevivência. Esta constatação assemelha-se com as observações do PNUD (2001). A tabela 11 reporta resumidamente a situação em Bajone.

<sup>11</sup>  $X^2_{\text{calculado}}=4,90$  e  $X^2_{\text{crítico}}(2/0,05)=5,99$ ; portanto  $X^2_{\text{calculado}} > X^2_{\text{crítico}}$ .

Tabela 1a 11: Motivos da relação menos pacífica entre a comunidade e a Madal

Parâmetro	Trabalhador	Não Trabalhador	Total	(%) corrigida
Terra	14	23	37	66
Venda copra	11	7	18	20
Emprego	9	5	14	14
Outros	1	0	1	0
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

Fonte: Inquérito (01/2000)

O cálculo de qui-quadrado<sup>12</sup> mostra que não há diferença de opinião entre os trabalhadores e não trabalhadores sobre os motivos da fraca relação entre a Madal e os camponeses. Portanto, ambos compartilham a ideia de que o problema de acesso à terra constitui o motivo principal (66%) da fraca relação entre sector familiar e a Madal.

Deste modo, é difícil fazer o juízo sobre o impacto real da Madal na comunidade. Porém, os resultados mostram que os camponeses compartilham a opinião sobre o tipo de solo usado, vias de acesso à terra, preferência na venda de copra/coco, as fontes de rendimento e sobrevivência, critérios de selecção de mão-de-obra e motivos da fraca relação. Neste sentido, pode-se concluir que o impacto da presença da Madal é menos importante na comunidade, provavelmente dado o colapso da empresa provocado pela guerra. O que se reflecte nas taxas de emigração, nos rendimentos, nos sistemas de produção e de sobrevivência dos agregados familiares assim como na relação entre as duas empresas.

<sup>12</sup>  $X^2_{\text{calculado}}=2,37$  e  $X^2_{\text{crítico}}(2/0,05)=5,99$ . Portanto  $X^2_{\text{calculado}} < X^2_{\text{crítico}}$ , aceita-se a hipótese nula.

## 6. Conclusões e Recomendações

### 6.1 Conclusões

O objectivo principal desta pesquisa era analisar o impacto socioeconómico da relação entre o sector familiar e a Madal em Bajone. Uma análise sobre a evolução desta relação desde 1974, período transitório, até o ano 2000, e a confrontação com as informações disponíveis no quadro teórico e com as hipóteses do estudo, mostram que o impacto da relação é negativo. Porque os serviços prestados pela Madal são limitados.

Uma característica é que a relação é conflituosa, principalmente devido aos problemas de acesso e posse da terra. Os problemas de comercialização de copra e mão-de-obra também concorrem para o efeito.

O estudo mostrou também que os camponeses obtêm a sua terra principalmente por herança. Enquanto uma proporção pequena adquirirá através de compra, arrendamento, ou empréstimo. O solo que o sector familiar usa é de uma fertilidade baixa. Há falta de terra, porque a área disponível para o sector familiar já está totalmente ocupada. A única área existente está sob controle da Madal.

A falta de terra reflecte-se no sistema de produção usado pelos camponeses, em que as culturas alimentares são produzidas hoje nas plantações de coqueiro que no passado. O que contribui para a redução da fertilidade do solo e da produtividade agrícola, afectando negativamente as fontes de rendimento e os sistemas de sobrevivência das famílias.

Os camponeses usam a terra para a produção de culturas alimentares e do coco. O coqueiro constitui a principal cultura de rendimento, já no passado produziam também caju, mas essa produção sofreu uma decadência durante as últimas décadas. Por isso, os camponeses dependem para seu rendimento monetário quase exclusivamente de coco.

Antigamente, havia outra fonte de rendimento que era o emprego como trabalhador na Madal. Antes da guerra a Madal empregava uma força de trabalho de cerca de 700 trabalhadores agora, o número de trabalhadores reduziu muito e a Madal emprega apenas 100 pessoas. Todos do sexo masculino, dos quais cerca de metade são imigrantes.

É possível que esta tendência de maior procura da terra devido ao aumento dos desempregados, tenha resultado em aumento do conflito de terra entre a Madal e o sector familiar. O que quer dizer que o conflito sobre a terra é resultado do declínio da Madal.

Também a Madal já não presta serviços como o fornecimento de insumos agrícolas, alfaias, transporte de pessoas, produtos e outros bens e serviços como antigamente que, ocupava lugar de destaque na rede comercial. Esta desarticulação entre o sector familiar e a Madal tem conduzido, pelo menos segundo os entrevistados, a um declínio no nível de vida dos camponeses.

A atitude da população em relação a Madal tornou-se mais negativa e houve de certa maneira uma agudização do conflito de interesses entre as duas partes. A Madal queixa-se de desvio dos seus cocos por parte dos camponeses, respondendo pela instalação de um controle na via que dá acesso ao Posto, enquanto que para a população esta prática é uma tentativa da empresa controlar o seu monopólio, agudizando ainda mais a pobreza local, visto que pagam a um preço mais baixo que os compradores alternativos.

Obviamente a percepção do papel da Madal na região depende de benefícios individuais que se podem realizar. As pessoas inquiridas que trabalham na empresa têm uma atitude mais positiva em comparação a demais população que não trabalha na empresa e não vê nenhum benefício de existência da Madal no Posto, e acusa-a de recrutar a sua mão-de-obra por critérios duvidosos, porém ambos grupos concordam que a terra é a maior razão do conflito.

Em termos teóricos a articulação entre a Madal e os camponeses no passado pode ser entendida como um exemplo de dualismo: Os dois sectores eram independentes, mas mantinham relações comerciais e laborais fortes em benefícios mútuos. Actualmente essa articulação já não existe. Os dois sectores coexistem quase independentes, mas ambos sofrem do efeito desta desarticulação, provocada principalmente pelos problemas enfrentados pelo sector empresarial, neste caso a Madal. Quanto ao futuro dos dois sectores a articulação pode ser suposta como um exemplo de Neo-populismo: Os camponeses, ficando desvinculados do seu "patrão", é certo que enfrentam muitas dificuldades, mas é bem provável que sobrevivam mesmo sem assistência da Madal.

## 6.2 Recomendações

Dada a complexidade da matéria tratada no presente estudo torna difícil propor recomendações que de facto contribuam substancialmente para redução dos obstáculos e capitalização das oportunidades existentes na região como o autor pretendia inicialmente. Neste sentido, as principais recomendações a dar são as seguintes:

- Realização de um estudo para avaliar a situação de segurança alimentar na região. O mesmo estudo deve incluir aspectos de género, métodos de colheita, secagem e processamento de copra usados pelos camponeses; motivos de uso de intermediários na compra de copra pela Madal; motivos de compra de cocos verdes. Porque o estudo não conseguiu obter respostas sobre estas questões e para melhor percepção da situação em Bajone também julga-se relevante o seu conhecimento.
- Realização de um estudo para avaliar a possibilidade de melhoria do actual sistema de produção agrícola já que foi provado de que ele é também responsável pelos baixos rendimentos agrícolas e pelo empobrecimento dos solo (porque não é adequado).
- O trabalho de campo foi realizado num período conturbado, logo depois a divulgação dos resultados das segundas eleições. Esta situação limitava as vezes a abertura de alguns camponeses entrevistados nos primeiros momentos. Pelo que recomenda-se a realização de estudos similares em períodos de pouca agitação socio-política.
- Apoio técnico na organização dos camponeses (produtores/vendedores de copra), estudo e promoção de outras formas alternativas locais de geração de renda monetária que permitam o incremento dos rendimentos dos agregados familiares.
- Incentivo ao desenvolvimento de articulações que trazem “vantagens mútuas” na utilização do mesmo espaço físico e que conduzam a capitalização das parcerias assim como a redução dos entraves entre os diferentes intervenientes.

## 7. Bibliografia

- ABRAHAMSSON, H. e NILSSON, A. (1992). *Moçambique em transição: Um estudo da historia de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Maputo, CEA, UEM.
- BENE, J. (1991). *Estudo socio-demográfico do distrito da Maganja da Costa*, Maputo, Faculdade de Letras, UEM.
- BOLETIM DA REPÚBLICA (1997). *Lei de Terra, Lei Nº 19/97 de 7 de Outubro*; I Serie, 214-219, Maputo.
- BROUWER, R. (1997). *Curso extracurricular: Métodos sociológicos*. Maputo, FAEF, UEM.
- BROUWER, R. (1998). *A invenção da tradição errada ou a tentativa de repetir a historia*. Maputo, FAEF, UEM.
- BRUCE, J. W. (1992). *Questões de posse da terra em África: Uma visão global*. Maputo, Revista Extra-especial.
- CAPELA, J. (1988). *A República Militar da Maganja da Costa*. Maputo, AHM.
- CARRILHO, J.Z. (1990). *Acesso e uso da terra: Conflitos entre a tradição a lei e a realidade*. Maputo, Extra-especial, U.E.M.
- CARRILHO, J.Z. (1992). *O debate actual sobre a questão das terras rurais em Moçambique*. Maputo, Extra-especial, UEM.
- CASTEL-BRANCO, C. N.(org.) (1994). *Moçambique: Perspectiva económica*. Maputo, UEM.
- CHAYANOV, A.V. (1987). *A theory of peasant economy*. Oxford University Press.
- COLLINS J. L. (1993). *Gender, contracts and wage work; Agricultural restructuring in Brazil's São Francisco Valley*. Brazil, *Development and Change*: 25, (4), 697-721.
- COSSA, A. F. (1997). *Uma abordagem do impacto da agricultura tradicional sobre a dinâmica demográfica*. Maputo, Faculdade de Letras, U.E.M.
- DIAS, L. (1999). "A quem protege a Lei de Terras de 19/97". Maputo, in *Jornal Notícias* (3/5/99).
- FIGUEIREDO, P. (1999). *Refugiados do Posto Administrativo de Zitundo: Relações Transfronteiriças e Problemática da Terra*. Maputo, Tese de Licenciatura, FAEF, UEM.

- GONÇALVES, C. A. (1997). *Contribuição para o estudo do balanço hídrico e de caracterização climática da província de Moçambique, Maputo, MAP.*
- GOVEIA, D. G.; MARQUES, A. (1973). *Carta dos solos de Moçambique: 1:400.0000.* Lourenço Marques, in *Agronomia Moçambicana, Extra-especial, V7.*
- HANLON, J. (1997). *Peace without Profit.* East Lansing, Michigan State University.
- HILDEBRAND P., S. POATS, e L. WALECKA (1986). *Introdução à Pesquisa e Extensão em Sistemas de Produção.* East Lansing, Michigan State University.
- HOFFMAN, L. (2001). *Parceria: Comunidades e sector privado na exploração de terras e recursos naturais: Conflitos e sua resolução.* Maputo, Paper apresentado na 2ª Conferência Nacional sobre o MCRN.
- INE, (1980). *Censo populacional de Moçambique de 1980.* Maputo.
- INE, (1997). *Censo populacional de Moçambique de 1997.* Maputo.
- JUNOD, H. A. (1996). *Usos e costumes dos Bantus.* Arquivo Histórico de Moçambique.
- MADAL (1997). *Grupo Madal S.A.R.L.* Maputo, Moçambique.
- MADER (1999). *Estudo sobre o sector de coqueiro na Zambézia.* Maputo, Moçambique.
- MAP/MSU/MPF (1997). *Smallholder cash-cropping, food-cropping and food security in Northern Mozambique.* Maputo.
- MATHUBA, B. M. (1992). *Land policy in Botswana: International seminar on Land policy in Africa, Moçambique-Conference paper.*
- MOSCA, J. (1989). *Campesinato: Transformações políticas e económicas em Moçambique.* Maputo, Revista Extra N°1.
- MYERS, G.(1993). *Bibliografia: Textos escolhidos sobre terra, posse da terra e agricultura em Moçambique e Africa.* Maputo, UEM.
- MYERS, G., WEST, H. (1992). *Legitimidade política a nível local e segurança de posse de terra em Moçambique.* Maputo, Revista Extra N° 10, UEM.
- NEGRÃO, J. (1995). *A terra e a economia da família rural do delta do Zambeze.* Maputo, NET-UEM.

- NEGRÃO, J. (1996). *O sector familiar e a nova lei de Terra no Delta do Zambeze*. Maputo, NET-UEM.
- NEGRÃO, J. (2001). *Cem anos de economia da família rural africana*. Maputo, Faculdade de Letras, UEM.
- PNUD, (1998). *RDH: Paz e crescimento económico: Oportunidades para o desenvolvimento humano*. Maputo.
- PNUD, (2001). *RDH: Mulher, Género, e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Maputo.
- PIJNENBURG, B.(1999). *Métodos e técnicas de investigação socio-económico*. Maputo, FEAF, UEM.
- QUADROS, C. (1998). *Manual para melhor compreender a nova Lei de terras*. Maputo , Campanha Terra.
- REDDY, F. J. (1986). *Informação agro-climática de Moçambique para agricultura de sequeiro*. Maputo, INIA.
- REDDY, F. J. (1986). *Sistemas de agricultura sugeridos e os riscos associados calculados para o norte e centro de Moçambique*. Maputo, INIA.
- SANTOS, F. M. (1996). *Passado e presente do papel de articulação do sector familiar e privado no acesso a terra em Moçambique*. Maputo.
- SHANIN, T. (1990). *Defining peasant*. Oxford University Press.
- TANNER, C. (1994). "Administração tradicional da terra e de territorios como modelo para o governo local: Uma perspectiva comparativa da reforma em prática em Moçambique e Guiné-bissau". Paper apresentado na 2ª CN sobre terra, Maputo.
- VAZ, K.; et al. (2001). *Parceria sustentável não é uma questão de "quick-win"*; paper apresentado na 2ª Conferência Nacional sobre MCRN. Maputo, FAEF, UEM.
- VAN VUGT, A. (1992). *Estratégias de sobrevivência e a organização da força de trabalho*. Maputo, DNDR.
- WHITE, B. (1997). *Agroindustry and contract farmer in Upland West Java*. *The Journal of Peasant Studies*. 24, (5), 316-385.

# ANEXOS

**Anexo1: Guião do estudo usado para informadores chaves e camponeses**

Data...../...../.....Nome do investigador

**DADOS DO ENTREVIASTADO**

Regulado/comunidade:.....Nome do entrevistado:.....  
Função na comunidade:.....Idade.....Sexo.....  
Estado civil.....Escolaridade.....actividade principal.....  
Chefe da família.....sim.....não: No do agregado familiar.....  
Actividades principais de outros membros da família.....

**LOCAL DE HABITAÇÃO**

Nasceu nesta comunidade?.....sim.....não: Se não onde nasceu?.....  
Porque deixou a zona de origem?.....  
Quando deixou?.....ainda pensa em voltar?.....sim.....não  
Porque?.....

**TIPOS DE SOLOS**

Conhece os tipos de solo que existem na comunidade?.....sim.....não  
Se sim quais são?.1).....2).....3).....4).....  
Qual a utilidade ou tipo de uso de cada tipo de solos?.....  
Que tipo de solos geralmente usa ou tem a comunidade?.....Porque?.....  
Quais são os tipos de solos ocupados pelas companhias?.....

**ACESSO A TERRA**

O terreno que vive (1) e trabalha (2) é seu?.....sim1.....sim2.....nao1.....nao2  
Se sim como conseguiu?.....  
Se não é de quem?.....que relações tem com o dono do terreno?.....  
Em caso de aluguer paga em dinheiro ou produto?.....  
Se for em dinheiro qual é o valor?.....Se for em produto que quantidade?.....  
Tipo de produto?.....  
Tem tido dificuldades quando pretende novo terreno?.....sim.....não  
Se sim quais são.....porque?.....Se não porque.....  
Existe terras na comunidade ainda não ocupadas?.....sim.....não  
Se sim quem controla?.....onde se localizam?.....quanto tempo leva-se a pé para chegar lá?.....  
Quem faz a distribuição da terra na comunidade?.....como é feita?.....  
Quando alguém de fora precisa de terra a quem deve contactar primeiro?.....  
Porque?.....  
Quem domina as terras mais férteis na comunidade?.....porque?.....  
Onde se localizam estas terras?.....como se chamam os solos destas terras?.....

**CONFLITOS DE TERRA**

Existe conflitos de terra na comunidade?.....sim.....não....  
Porque?.....como surgiu?.....  
Como terminou?.....

No conflito	Ano	Protagonista	Resolvido/entidade	N. resolvido

### FONTES DE RENDIMENTO

Quais são os principais fontes de rendimento do agregado familiar (liste em ordem decrescente)?.....

Quantas machambas tem o agregado familiar?.....Porque?.....

Onde ficam localizadas as machambas?.....Porque?.....

Quanto tempo leva-se a pé para chegar lá?.....

Qual é a área de cada machamba?.....

O que produz em cada machamba?.....que quantidade de semente gasta em cada machamba?.....Onde traz a semente que usa?.....

Se compra quanto compra?.....quem fornece?.....

Qual tem sido o rendimento actual da produção?..... porque?.....

Costuma a vender uma parte da produção?.....sim.....não

Se sim que tipo de produtos vende?.....a quem vende?.....quanto vende por produto?.....porque vende?.....

Tem outras fontes de rendimento?.....sim.....não: Se não quais são? .....

Quanto contribui na renda da família por mes?.....quem fornece?.....

Nos últimos 6 meses recebeu apoio de fora?.....sim.....não: Se sim que tipo de apoio?.....

Quem forneceu?.....quanto pagou?.....tendência do valor de troca?.....

### FERTILIDADE DO SOLO

Há problemas de fertilidade de solo na sua machamba?.....sim.....não

Se sim o que faz para melhorar a fertilidade do seu terreno?.....

Utiliza adubos ou pesticida para melhorar a fertilidade do seu terreno?.....sim.....não

Se sim que tipo de adubos/fertilizantes?.....quem fornece?.....

Porque?.....quanto paga?.....tendência do preço?.....

### CONTROLO DE PRAGAS

Há problemas de pragas/doenças na sua machamba?.....sim.....não: Se sim que tipo de pragas/doenças causam mais estragos nas suas culturas?.....

Qual é a cultura mais atacada?.....como é que combate.....

Tem tido apoios de fora para o seu combate?.....sim.....não:

Se sim quem fornece?.....que tipo de apoio?.....quanto paga?.....qual é a tendência do preço?.....

### PRODUÇÃO E VENDA DE COCO/COPRA

Tem produção de coqueiros?.....sim.....não: Se sim onde produz?.....

Qual o sistema de produção que usa?.....

Usa alguns insumos na sua produção?.....Se sim que tipo?.....

Quem fornece?.....quanto paga?.....qual é a tendência do preço?.....

Para que fins se destina a sua produção?.....qual é a proporção?.....

Quais são os produtos de coqueiro que vende?.....

Quantos compradores de coco existem na comunidade?.....quem são?.....

A quem prefere vender?.....porque?.....

Que preços vende?.....qual é a tendência do preço?.....

Quais são os preços praticados pelos outros compradores?.....Porque?.....

Que dificuldades enfrenta na venda dos seus produtos agrícolas?.....

#### FORÇA DE TRABALHO

Onde vem as pessoas que trabalham nas companhias (Madal)?.....

O recrutamento das pessoas é compulsivo ou por selecção?.....

Se for por selecção qual é o critério usado?.....quem define?.....

O contrato é sazonal ou periódico?.....

Qual é a idade mais preferida?.....porque?.....

Qual é o sexo mais preferido?.....porque?.....

Há diferenciação das actividades com base em idade ou sexo?.....sim.....não.....

Se sim quais são as actividades para mulheres.....

homens.....crianças.....jovens.....adultos.....velhos

Quando é que uma pessoa é considerada?.....criança.....jovem.....adulto.....velho

Qual é o seu salário na empresa?.....que posição ocupa?.....

Qual é o salário base na empresa?.....

Há diferenciação de salário entre homens e mulheres?.....se sim porque?.....

Há diferenciação de salário com base na idade?.....se sim porque?.....

Para além do salário os trabalhadores tem outros benefícios?.....se sim quais são?.....

Que tipo de relacionamento existe entre o patronato e os trabalhadores?.....

#### DISPONIBILIDADE DE MAO DE OBRA NAS ACTIVIDADES AGRICOLAS

Que instrumentos utiliza para produção agrícolas?.....

Quantas vezes por semana trabalha na sua machamba?.....na companhia?.....

Quanto tempo leva a trabalhar por dia na sua machamba?.....companhia?.....

Quais são os meses do ano que se dedica mais na companhia?.....machamba?.....

Nos meses em que trabalha na companhia quem toma conta das suas machambas?.....

Há alguma vantagem em trabalhar na companhia?.....se sim qual é?.....

Se não porque?.....

Há divisão de tarefas na machamba com base em idade ou sexo?.....

Se sim quais são as actividades para homens?.....mulheres?.....

Porque?.....

#### IMPACTO DA PRESENÇA DO SECTOR PRIVADOS NA COMUNIDADE

Qual é a sua opinião sobre a presença da Madal na comunidade?.....e outros privados?.....

Quais são os principais benefícios que a madal oferece?.....

Tem desvantagem para a comunidade a presença da Madal?.....

Se sim quais são?.....

## **Anexo2: Acta da reunião com representantes da comunidade de Capitão**

No dia vinte e nove de Janeiro de dois mil, pelas catorze horas, teve lugar uma reunião no regulado de capitão, localidade de Nacuda, Posto Administrativo de Bajone, entre representantes da comunidade e o investigador Eusébio Saíde (estudante da FAEF, UEM) sub a presidência do regulo Capitão, com seguinte ponto da agenda:

- Apresentação, discussão dos resultados e das conclusões e recomendações preliminares do levantamento realizado pelo estudante;
- Identificação de mecanismos alternativos para realização das recomendações do estudo; e
- Diversos

A reunião teve lugar na casa do régulo Capital, local onde esteve hospedado o estudante, e começou logo depois das catorze 14 horas, numa das salas de reunião do régulo. O régulo abriu a sessão começando por apresentar o estudante e seguido pelos participantes. Em seguida o régulo capitão esclareceu aos participantes os objectivos do encontro, e depois convidou o estudante para apresentar os seus resultados. A reunião foi bastante concorrida, participaram volta de cinquenta pessoas incluindo homens e mulheres.

O estudante começou por cumprimentar e agradecer aos participantes e muito em particular o régulo Capitão pela organização do encontro e pela oportunidade que lhe foi dada para poder partilhar os resultados do estudo com a comunidade de forma aberta e participativa de modo a permitir a obtenção de melhores as conclusões e recomendações.

Em seguida o estudante começou por dizer que os resultados a apresentar não constituiriam novidade para muitos porque é a realidade vivida e reportada pelas pessoas contactadas, portanto reflecte a opinião destas pessoas contactadas e não do estudante. Neste sentido, disse que o principal resultado encontrado pelo estudo é que há uma relação não pacífica ou conflituosa entre a comunidade e a Madal. Esta relação menos boa é motivada por três factores, nomeadamente, problemas de terra, comercialização de copra e emprego assalariado. Esta forma de relacionamento limitava os sistemas de produção e sobrevivências dos agregados familiares. Outro resultado importante encontrado pelo estudo é que o nível de organização dos camponeses na comunidade não era suficiente para fazer face ao sector privado. Neste sentido o investigador apresentou como solução alternativa a organização dos camponeses em associações ou cooperativas de produtores de copra.

Em seguida levantou-se um dos representantes da comunidade, Sr. Mogolo, o qual começou por agradecer a vinda do estudante porque vai ajudar iluminar e impulsionar a resolução do problema da Madal que nunca tem fim "*eu primeiro agradeço a deus que iluminou e mandou o nosso filho da terra para vir ajudar a salvar-nos do sofrimento que nos é imposto na nossa própria terra*". Mais adiante disse que concordava com todos aspectos apresentados, opinião que foi partilhada por todos participantes, mas a sua preocupação era como acabar com problemas com a Madal?

Outro participante de nome Alfazema, levantou-se e disse que concordava com o que foi apresentado, agora gostaria de saber se o governo tem conhecimento o que a Madal estava a fazer em Bajone, e o que a população poderia fazer como alternativa para acabar com esta humilhação da Madal.

Depois de um profundo e longo debate, chegou-se a conclusão de que o procedimento da Madal era de facto desonesto, e a continuar assim poderia conduzir para elevação da pobreza na comunidade. Porque por exemplo, a Madal expulsa trabalhadores sem justa causa e sem indemnização, não considera os trabalhadores acidentados em serviços, os salários são irrisórios, 200.000,00Mt a 300.000,00Mt por mês. Neste sentido concluiu-se que de que não obedece os salários mínimos estipulados por lei do trabalho agrário.

Em relação ao acesso e uso da terra, constatou-se também que a Madal ocupa a maior área de terra agricultáveis e mais férteis da comunidade na região, privando-lhes de terras para a produção agrícola para o auto-sustento das famílias. O que faz com que os camponeses recorram as terras localizadas nas margens das companhias em disputa. Disputas que culminaram com a morte de uma pessoa a tiro em 1999.

O outro aspecto também fortemente debatido no encontro é sobre a comercialização de copra. Segundo os participantes do encontro a Madal priva as comunidades de comercializar copra/coco dos seus palmares, com qualquer pessoa ou comerciante que não seja a Madal, alegando que a população não tem coqueiros que produzem para comercializar copra. Portanto desvia cocos da Madal. O que levou a montagem de um posto de controlo pelos guardas da Madal fortemente armados numa estrada acorrentada que dá acesso ao Posto de Bajone. Isto para impedir a entrada de outros comerciantes vindos de outros pontos do País que pagam bons preços.

Neste sentido concluiu-se também que a actual relação entre a Madal e comunidade contribui de certa maneira para redução dos rendimentos da produção agrícola e comercialização de copra, duas fontes importantes de rendimento e sobrevivência das populações em Bajone.

Uma das soluções mais importantes e imediatas produzida neste encontro para minimizar a actual situação, foi a criação de uma associação dos produtores de coco/copra, na qual foi convidado o estudante para ser membro honorário da associação, e também foi logo eleito o Régulo Capitão como presidente da associação, ficando para outra ocasião a eleição dos restantes membros do corpo directivo.

Para o efeito foram definidos como objectivos principais da associação a) Defender os interesses da comunidade na produção e comercialização de copra perante os privados (evitar especulação dos privados); b) Facilitar o acesso e segurança de posse de terra das comunidades perante os privados; c) Defender os interesses dos trabalhadores nas companhias; e d) Promover o desenvolvimento de iniciativas alternativas locais dos camponeses (através de esquemas locais de ajuda mútua) para combater a pobreza na região.

No final o régulo Capitão resumiu as conclusões e recomendações do encontro e em seguida, agradeceu a presença de todos, enaltecendo a importância da presença do estudante, o qual disse que serviu para abrir a visão da comunidade. Por último convidou os representantes da comunidade presentes para divulgarem os resultados do encontro e a unirem-se em torno do desafio comum que foi lançado (a criação da associação).

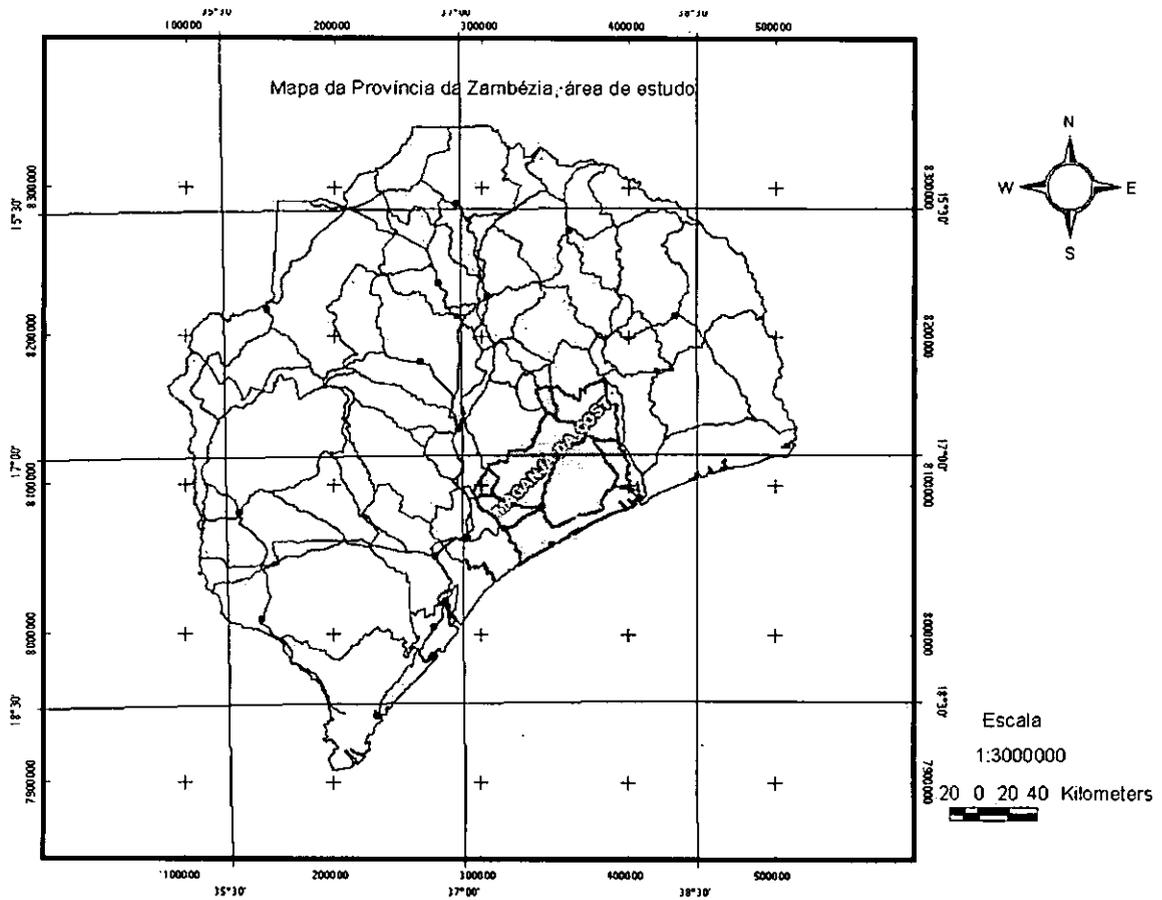
A reunião foi encerrada por volta das dezasete horas na qual a acta foi elaborada e assinada pelos: Sr. Carlos Movene Capitão e Eusébio Saíde.

**Anexo3: Lista de informadores chaves contactados**

- Eng<sup>o</sup> Mamad Issá – Director da área agrícola da Madal na Zambézia-Quelimane
- Sr. Marinho— Chefe de serviços provinciais da Indústria e Comércio da Zambézia
- Director Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Director Distrital da Indústria e Comércio da Maganja da Costa
- Sr. Cossa— Delegado Distrital da ORAM na Maganja da Costa
- 1<sup>o</sup> Secretario Distrital do partido Frelimo na Maganja da Costa
- Sr. Domingos – Comerciante de copra em Bajone residente em Mocubela
- Sr. Carlos – Supervisor da rede de extensionistas da ADRA em Bajone
- Chefe do Posto Administrativo de Bajone
- Sr. Diogo – Gerente da Companhia agro-pecuária da Zambézia em Bajone
- Sr. Damião – Gerente da Companhia agro-pecuária da Madal em Bajone
- Sr. Movene— Régulo de da comunidade de Capitão (régulo Capitão)
- Sr. Mussa – Guia das entrevistas semi-estruturadas aos camponeses
- Sr. Gurai – Malimo da Povoação de Gurai em Capitão

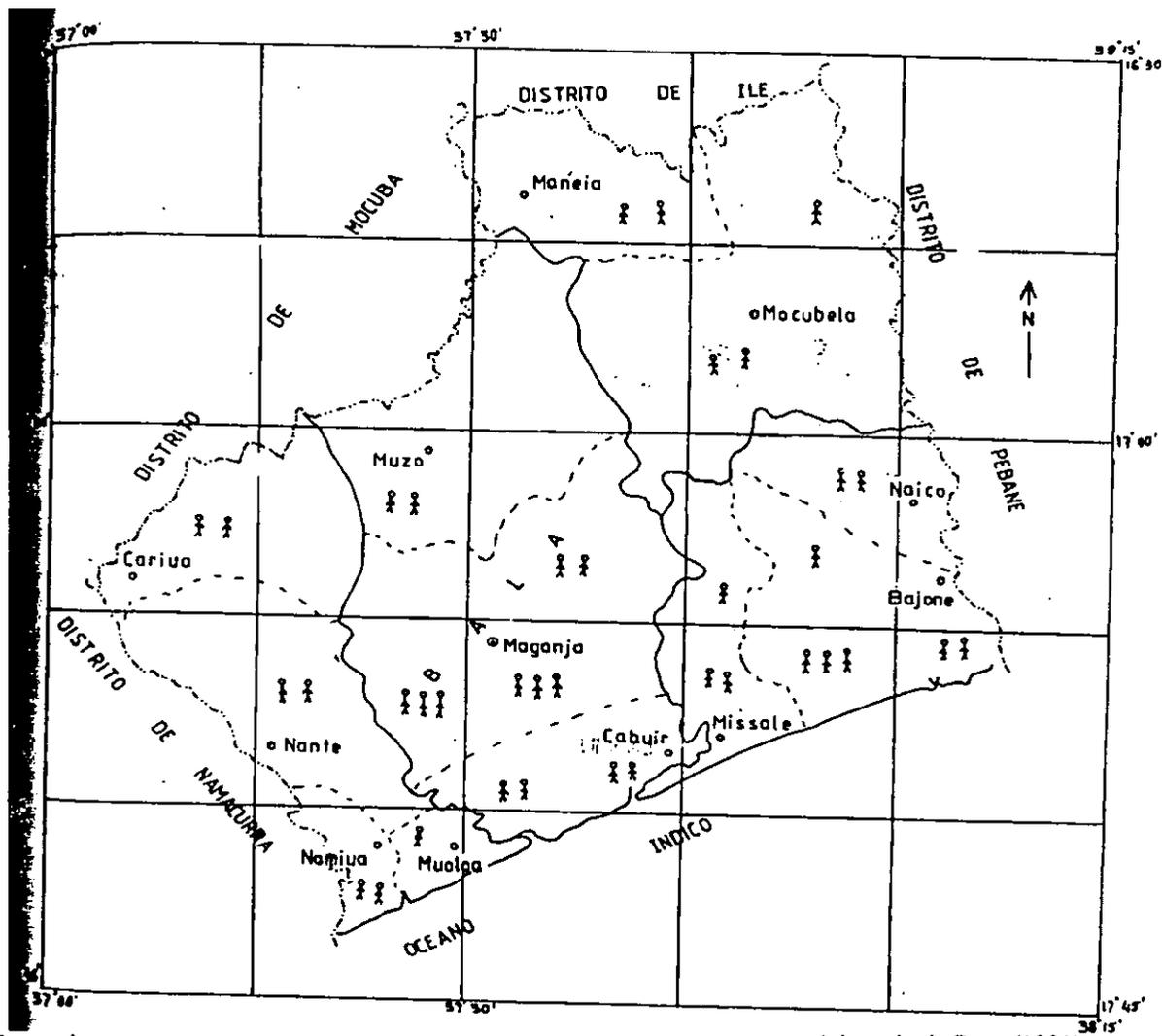
**Anexo4: Mapas da área de estudo**

Mapa 1:



MAPA2:

### MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM BAJONE

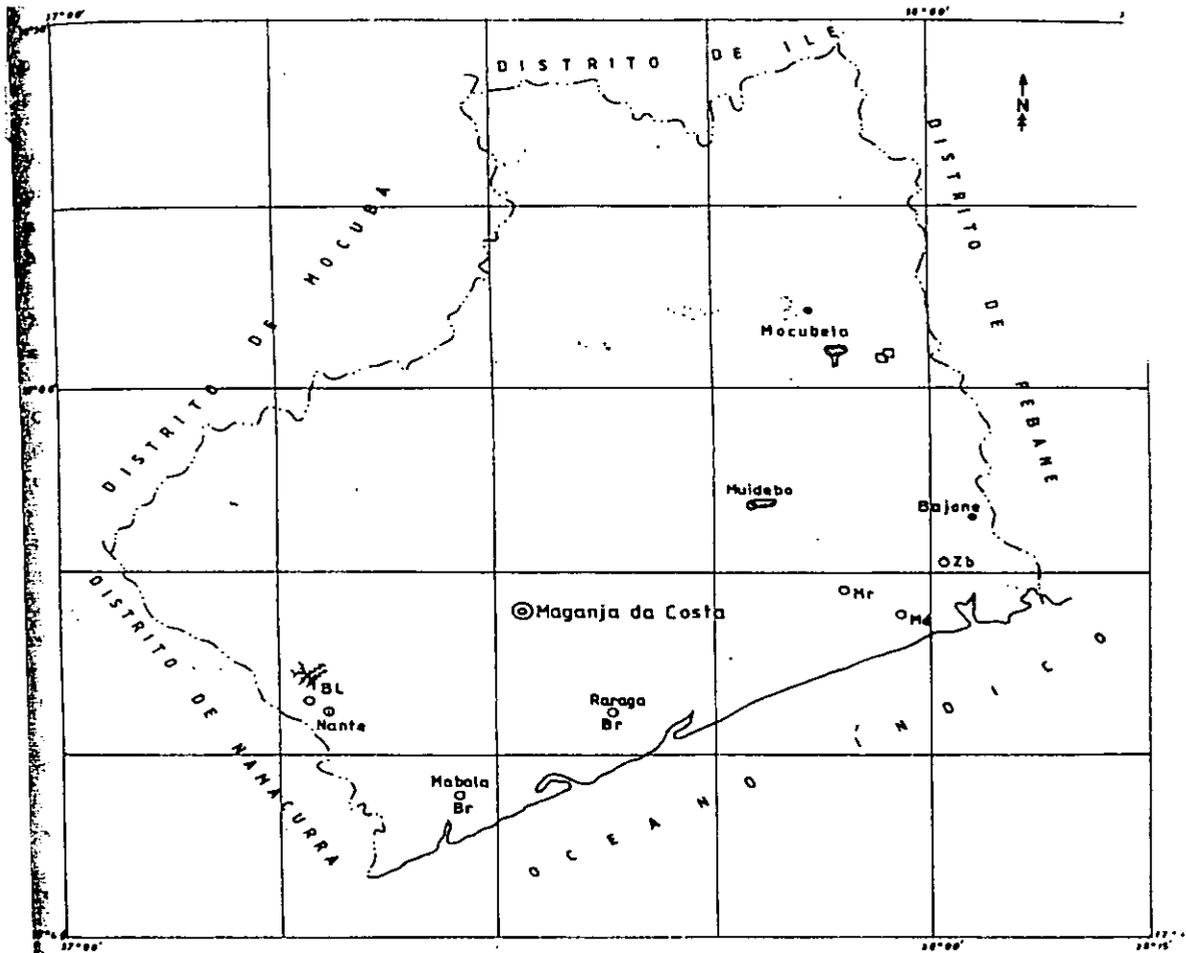


Legenda  
3 pessoas: 20 000 habitantes  
2 pessoas: 10 000 habitantes  
1 pessoa: 5 000 habitantes  
Escala: 1/750 000

Adaptado de Bene (1991)

MAPA3:

MAPA DE PRINCIPAIS SECTORES ECONÓMICOS EM BAJONE



Legenda  
Br Boror  
BL Baixo Licungo  
Md Madal  
Mr Murrôa  
Zb Zambézia  
Escala: 1/750 000

Adaptado de Bene (1991)

